

Departamento de Sociologia

# Os Jovens e as políticas de juventude – Agenda 2011-2014

Vera Lúcia Serrano Silva Lopes

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre de  
Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação

Orientador:  
Doutora Susana Santos, Professora Auxiliar Convidada,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:  
Doutora Rita Espanha, Professora Auxiliar,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro 2014

### **AGRADECIMENTOS:**

A realização desta dissertação só pode ser possível graças à colaboração e incentivo de algumas pessoas que tenho que obrigatoriamente mencionar.

Quero agradecer à minha orientadora a professora Susana Santos que para além uma Docente de excelência é também um ser humano incrível e todo o apoio e incentivo dado levaram a bom porto esta parceria.

Não posso de deixar de mencionar a professora Rita Espanha e o Professor Gustavo Cardoso que sempre tiveram a palavra certa no momento certo para que algumas das minhas dúvidas e estados de alma se clarificassem.

Quero também agradecer a todos os entrevistados que tanto me inspiraram no meu percurso associativo e o seu contributo foi enorme para a concretização dos resultados aqui presentes.

Gostava ainda de deixar uma palavra de gratidão a todos os meus amigos e familiares que contribuíram para a realização desta dissertação e me incentivaram a concluir a mesma.

**RESUMO:** Esta dissertação foi um desafio que decidi fazer a mim mesma propondo-me analisar e classificar quem são os jovens atualmente. Ao nível da sociedade têm existido várias mutações em termos de comportamento social, sendo que hoje em dia se é jovem até cada vez mais tarde. Neste cenário de crise financeira, em que vivemos, cada vez mais tem sido difícil fazer a transição do jovem para o adulto emancipado.

Nestes últimos anos o problema do desemprego jovem tem sido cada vez mais um ponto de ordem na agenda política, sendo que existem outros problemas que assolam a juventude para além do desemprego, no entanto, não é possível deixar de dar destaque a esta questão, uma vez que a estratégia política tem sido construída em torno dela.

Será ainda feita a ligação da juventude com os novos espaços de participação, uma vez que estes podem funcionar como mecanismos de pressão para influenciar a estratégia governativa.

A temática central desta dissertação será a capacidade que o movimento associativo juvenil tem em colocar as questões dos jovens na agenda política. Podemos aqui falar em *advocacy*, já que esta é uma estratégia de pressão política, de promoção e defesa de uma causa e/ou interesse, uma vez que as próprias associações tem como objetivo dar maior visibilidade às aspirações dos jovens que estão na ordem do dia, influenciando assim os centros de decisão e tendo em vista a transformação da juventude.

**Palavras-Chave:** Políticas de Juventude, Social Media, Agendamento, Jovens, Associativismo Juvenil, *Advocacy*

**ABSTRACT:** This thesis was a challenge which I input myself by analysing and classifying who are the youngsters nowadays. The social behaviour has been changing and people are young more time than they used to be. Bearing in mind the financial crisis which we have been experiencing, it is getting harder to make the transition from being a youngster to an adult.

In these last years, the problem of youth unemployment has been reaching more an important place in politics, though there are other problems that prevail the youngsters besides unemployment, however, it is impossible not to highlight it due to the fact that the political strategy has been built around it.

It will be made a connection between youth and the new spaces of participation, because these ones might work as pressure mechanisms to influence the political strategy.

The focus of this thesis will be the capacity that the youth associative movement has to put on the issues related to the youngster in the policy agenda. We might call it “advocacy” because this is a strategy of political pressure, promotion and defence of a cause and/or interest, since the associations have as their aim to increase the importance of the youths’ aspirations, thus influencing the decision centres focused on the transformation of society.

**Key-words:** Youth policy, Social media, scheduling, youth associative movement, advocacy

## ÍNDICE:

1. INTRODUÇÃO	1
2. OS JOVENS E O ASSOCIATIVISMO	3
2.1 Caracterização da Juventude	3
2.2 O Associativismo Juvenil	8
3. OS JOVENS, PARTICIPAÇÃO CIVÍCA E COMUNICAÇÃO	14
3.1 Os Jovens e as Redes Sociais	14
3.2 Participação Cívica e Juvenil - “ O Papel do Associativismo”	17
4. AS POLÍTICAS DE JUVENTUDE	20
4.1 Os Jovens e o agendamento das políticas de Juventude	20
4.2 A influência do <i>Advocacy</i> Juvenil	21
4.3 A atual estratégia governativa para a Juventude	24
5. OBJETO DE ESTUDO E METODOLOGIA	27
5.1. Delimitação do objeto de pesquisa	27
5.2. Contextualização da pesquisa empírica	29
5.3. Metodologia e procedimentos de operacionalização da pesquisa	31
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS	33
6.1 As Entrevistas	33
7. CONCLUSÃO	40
8. BIBLIOGRAFIA	43

## **Índice de quadros**

Quadro 1 - Taxa de desemprego: total e por grupo etário (%)	5
---	---

## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Desemprego de Longa Duração por grupo etário (% e números absolutos)	5
Figura 2 – Tipologias de Associações	10

## 1. INTRODUÇÃO

Para começar a introdução desta dissertação tenho de mencionar que é na Declaração Universal dos Direitos Humanos que está consagrado o direito à participação de todos os indivíduos na vida da Comunidade. A génese do tema escolhido para este trabalho tem incidência na participação dos jovens na sociedade enquanto movimento associativo.

Começando do ponto de vista mais geral, o conceito de juventude é, pois, uma categoria social, que levou a cabo a sua dissecação a partir da segunda metade do século XX. Pode dizer-se que é um conceito heterogéneo e mutável, dependendo da sua definição da época, das condições sociais, políticas e culturais existentes, entre outras. É, também, uma fase de vida associada à idade biológica mas também idade social, ou seja, a juventude pode ser também apreendida como resultado de uma construção social preconizada pelos *media*, por meio de ações administrativas legitimadas por pareceres técnico jurídicos e até por discursos políticos. (Machado Pais, 1990)

As questões formuladas em torno da juventude são bastante atuais, e remetem-nos para alguns problemas sociais, nomeadamente a questão da representatividade em democracia decorrente da crescente e constante abstenção eleitoral, o problema do desemprego jovem, as baixas taxas de natalidade e a conseqüente falta de emancipação juvenil.

Nesta escalada de questões sociais, temos de ter em linha de conta, outros mecanismos e tendências alternativas que podem conviver com as formas convencionais de participação. São as gerações mais recentes que são os polos dinamizadores de outras formas de participação.

Posto isto, o mote para esta dissertação consiste na compreensão da relação dos jovens com o associativismo e a influência que esta forma de participação na vida social tem na construção das políticas de juventude. *“A importância e o valor do associativismo decorre do facto de constituir uma criação e realização viva e independente, é uma expressão da ação social das populações nas mais variadas áreas (...) É uma escola de vida coletiva, de cooperação, de solidariedade, de generosidade, de independência de humanismo e cidadania.”* (Pinho, 2007)

Um dos objetivos fundamentais deste estudo consiste em compreender alguns aspetos da participação cívica dos jovens no associativismo juvenil, demonstrando que o conceito de juventude está a mudar. Sendo que, nesta demonstração pretendo, ainda, evidenciar que as políticas de juventude necessitam de estar a par da realidade dos jovens de hoje em dia, bem como evidenciar o papel do associativismo na construção da agenda política. Fazendo sempre o enquadramento com os novos espaços novas dinâmicas de participação. Já que *“que as associações poderão desempenhar funções de coordenação, nomeadamente através de acordos entre si ou com instituições estatais, assim como poderão ter um papel ativo e direto na implementação de políticas públicas. Também nestes casos existem benefícios democráticos, na medida em que os ganhos funcionais e de eficácia governativa contribuem para a legitimação das instituições democráticas.”* (Viegas, Faria e Santos 2010)

A questão central do debate acerca do associativismo reside no consenso que os teorizadores atribuem ao papel das associações na vida e na dinâmica das sociedades democráticas dos dias de hoje, isto é, num alcance com elevado cariz político. O espectro do associativismo é um campo que tem como características fundamentais a transversalidade e as várias origens que as associações podem abarcar, desencadeando por estes fatos um elevado interesse científico. Já para Durkheim (ed. 2014), as associações são vistas como um mecanismo capaz de combater a “*anomia social*”, sendo criada uma *consciência moral coletiva*. Bem como para Tocqueville (ed. 2008), já no seu tempo, em pleno século XIX, e na sociedade americana, presente nas suas obras, as associações representavam um estímulo à mobilização e participação social, resultante da autonomia dos indivíduos. Considera que, as associações, por um lado, são o garante da liberdade, e por outro, são uma fonte de estabilidade capazes de evitar movimentos revolucionários.

Para a construção desta dissertação, a escolha dos capítulos teve de ser equilibrada e produzida para que estas cinco partes dessem corpo ao título do trabalho “*Os Jovens e as políticas de juventude – Agenda 2011- 2014*”. A escolha deste intervalo de tempo deve-se ao fato de haver medidas tomadas por esta legislatura no que às políticas de juventude dizem respeito e também pela escalada de problemáticas em volta dos jovens portugueses. Numa primeira instância é necessário fazer a caracterização e conceptualização do conceito de juventude bem como a introdução do associativismo juvenil, e foi precisamente por aí que comecei.

Atendendo ao período de tempo em que me centrei, não poderia não dedicar um capítulo que abordasse a ligação que os jovens têm com a participação cívica e com a comunicação, sendo esta crucial na difusão da mensagem e um potenciador de crescimento do movimento associativo.

Em virtude do período conturbado que vivemos hoje em dia no campo económico, social, político e cultural, era importante colocar o foco nas políticas de juventude e o agendamento das mesmas, pondo isso em evidência num capítulo dedicado à influência do *advocay* juvenil e a atual estratégia governativa para a juventude.

Toda esta conjuntura tem uma forte influência sobre as condições de vida das novas gerações, o que tem contribuído para a mutabilidade na identidade dos próprios jovens e da própria sociedade. Foi sobre esta égide que dediquei a última parte desta dissertação, perante a complexidade desta realidade de atitudes, valores e atuações que é necessário pensar nas associações juvenis como campos de dinamização da participação cívica. Uma vez que “*a essência só se realiza através da existência*”. (Maltez, 1996) Para levar a efeito, elegi algumas personalidades que estão à frente de cargos de direção de algumas organizações de âmbito nacional, através do método de entrevista, com especial destaque para o Conselho Nacional de

Juventude Português (CNJ). Optei, ainda, pelos cargos de liderança precisamente pelo peso da responsabilidade, uma vez que apesar de haver uma vasta equipa a trabalhar em prole da juventude, seja o *staff* técnico ou os restantes membros de Direção, é quase sempre o Presidente que assume a posição política e preconiza o compromisso assumido.

## **2. OS JOVENS E O ASSOCIATIVISMO**

### **2.1 Caracterização da Juventude**

*“Os adolescentes e os jovens adultos são um grupo alvo importante de todas as iniciativas de desenvolvimento social, dado que, amiúde, são afetados desproporcionadamente pela pobreza, desemprego e exclusão social, e dado que o impacto dessas situações durante a juventude irá, com toda a probabilidade, influenciar toda a duração da sua vida. Ao mesmo tempo, os jovens podem ser também um recurso importante na mobilização social necessária para combater esses mesmos problemas”.* (Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, à 54ª Assembleia Geral, documento A/54/59)

Para a construção deste trabalho académico posso, desde já, dizer que o entendimento do conceito de juventude passa por esta ser uma categoria socialmente construída, que significa que os jovens são mais do que uma faixa etária, um grupo coeso ou um grupo social concreto. De acordo com esta perspectiva, a juventude não é a definição fisiológica, psicológica ou cultural, a juventude é sim vista como uma construção sociocultural elencada a uma determinada situação social, ou seja, uma criação simbólica com génese em situações particulares. (Machado Pais, 1993) Sendo esta categoria complexa de definir. (Gauthier,2000)

Mas há também um outro entendimento que se faz acerca do que é a juventude, considerando por alguns autores que esta é apenas uma faixa etária. No entanto pode também dizer-se que a juventude, tal como é encarada hoje em dia (nesta sua dupla vertente de fase de vida e categoria social e cultural), é fruto da modernidade. (Machado Pais, 1993)

É um processo moroso, como é apanágio dos processos de mudança social, aquele que dá início à construção da juventude como grupo social abrangente e (quase) universal nas sociedades ocidentais contemporâneas. Hoje em dia na nossa sociedade atual, os jovens *crestem* mais cedo, mas *emancipam-se* cada vez mais tarde.

Nesta perspectiva de entender a juventude como uma categoria constituída socialmente, Machado Pais (1993), diz que esta é “ *formulada no contexto de particulares circunstâncias económicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo*”. Assim sendo, pode dizer-se que o conceito de juventude é resultado da história e variável consoante os vários grupos sociais. Desta feita, as relações estabelecidas entre as gerações são diferentes em distintos tempos e nos diversos espaços sociais. Pode, assim, compreender-se a juventude como uma categoria social e não apenas uma simples faixa etária,

limitada por idade, mas um grupo caracterizado pela diversidade. Em sociologia, por norma, a vida é uma sucessão de fases e a juventude é, pois, uma delas, e que resulta num complexo processo de construção social, ou seja, uma criação simbólica, produzida pelos grupos sociais.

Há ainda que dizer que a juventude é entendida como uma construção histórica da ação humana, não corresponde a uma fase estagnada da vida, mas, é antes, um tempo de transição entre a infância e o mundo adulto pautado por projetos atuais e futuros, o que faz com que a juventude seja um momento específico da vida e não apenas uma passagem.

Para compreendermos os jovens e a juventude enquanto temática sociológica temos também de recorrer à utilização do senso comum. Quando se fala em juventude há algumas dicotomias que emergem sob a forma de questão, relacionadas com aquilo que representa este conceito, se se trata de uma fase de transição ou momento presente, um tempo de liberdade ou de responsabilidades. (Machado Pais, 1993)

Para E. Morin (1987) pensar na infância, na juventude, na fase adulta e na velhice como etapas rígidas que se esgotam em si mesmas, e que a passagem de cada uma destas fases implica a superação da anterior não faz de todo sentido. Para este entendimento, a cada uma destas etapas seria necessário fazer-se a adequação a um conjunto de normas socialmente definidas, que associada a um imaginário social vai ditando como o nosso comportamento deverá ser de acordo com a idade que temos. Significa dizer que ainda existe entre nós, uma imposição de uma identidade em função de parâmetros socialmente estabelecidos, onde é estabelecido quem se pode ser, o que se pode fazer e o que é permitido ou não, em tal ou qual idade.

A juventude é uma categoria socialmente construída e, portanto, presente na ordem social, e não na natural. Foram vários os significados e distinções apresentadas ao longo do tempo para a problematização da questão o que é ser jovem. A juventude é também uma representação simbólica fabricada pelos grupos sociais nos seus diferentes tempos e espaços.

Para a autora Abramo (1994) a ideia de juventude representa um tempo de liberdade, de prazer, de expressão e de comportamentos arrojados. A esta ideia, há que juntar, ainda, a condição desta fase ser marcada por um período para experimentação do erro, por uma certa irresponsabilidade e com a relativização da sanção.

A juventude é também uma construção histórica, esta começou a delinear-se como uma condição social, definida pelos critérios de idade e biológicos, mas também pelo conjunto de indivíduos que se encontra inserido num processo de formação e que ainda não estão permanentemente na estrutura da divisão social do trabalho.

O conceito de juventude é essencialmente uma construção sociológica, e a este nível podemos dizer que esta categoria tem uma linguagem própria, e tem vindo a sofrer mutações ao nível dos limites de idade que a definem, até aos dias de hoje. Essencialmente no que à questão do limite da idade diz respeito há discussões que estão diretamente ligadas com a emancipação

juvenil. No panorama atual esta temática tem sido central devido aos problemas sociais vividos, nomeadamente, o desemprego jovem que tem atingindo níveis máximos em 2012 e 2013, com uma taxa de 37,7% nos jovens com idade inferior ou igual a 25 anos.<sup>1</sup>

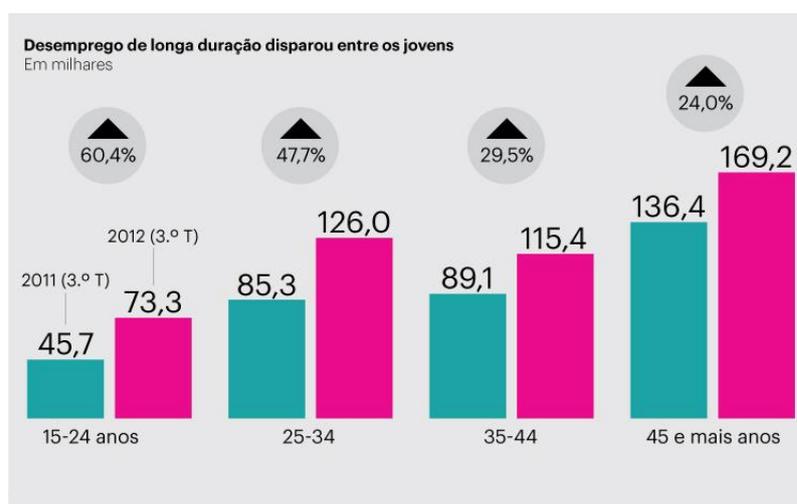
**Quadro 1 - Taxa de desemprego: total e por grupo etário (%)**

Anos	Grupos etários			
	Total	<25	25-54	55-64
2012	15,6	37,7	14,8	12,8
2013	16,2	37,7	15,6	13,8

Fontes de Dados: INE - Inquérito ao Emprego

Fonte: PORDATA

**Figura 1 – Desemprego de Longa Duração por grupo etário (% e números absolutos)**



Fontes de Dados: INE - Inquérito ao Emprego

Fonte: Jornal Público (03/01/2013)

É um processo complicado definir o período em que começa e em que termina a juventude. A sociologia necessita definir o que é ser jovem, de acordo com o período e com a sociedade em questão. Tempo, espaço e cultura são essenciais para a compreensão do que a juventude em qualquer sociedade.

Das leituras efetuadas há que destacar os seguintes períodos: 15-19 anos, 20-24 anos e 25-29 anos. Pode, pois, dizer-se que em termos convencionais para efeitos de estudo o período da juventude será entre os 15 e os 29 anos de idade. O limite inferior é determinado pelo mínimo de idade para inserção na vida ativa. Já o limite máximo é discutível, nos dias de hoje, uma vez que este é determinado pela capacidade de emancipação, dado que atualmente se encontra cada vez mais difícil de atingir. Hoje, a condição juvenil corresponde a um limite mais alargado. Quer seja pelo prolongamento das carreiras escolares e formativas bem como pela demora e da vulnerabilidade de entrada no mercado de trabalho. Para esta equação importa também referir o

<sup>1</sup>[http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+grupo+etario+\(percentagem\)](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+grupo+etario+(percentagem))

aumento da escolaridade obrigatória em Portugal que passou para os 18 anos, correspondendo ao 12º ano a partir do ano de 2012.<sup>2</sup>

As organizações Internacionais consideram que a juventude é aquele período da vida que se situa entre os 15 e os 24 anos, entre elas estão a Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>3</sup>, o Banco Mundial<sup>4</sup> e a Organização Internacional do Trabalho OIT. Esta última compreende que a fase juvenil pode ser definida, tomando-se como referência dois períodos: o da adolescência e o da juventude. Segundo esta organização, a adolescência tem início aos 15 anos, considerando que, com essa idade, a pessoa já terá alcançado um nível de escolaridade que lhe permitirá o acesso ao mercado de trabalho. No entanto isto é variável de país, e atendendo ao espectro europeu, em concreto em Portugal a questão da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade, como já referido acima, causa logo entropia a esta premissa emanada da OIT.

Mas voltando à evolução do conceito, para o autor P. Bordieu (1980) esta categoria social, a que chamamos juventude, é facilmente manipulável e manipulada, sendo que isto é observável nos interesses que esta categoria demonstra. No domínio da sociologia da juventude Machado Pais (1990), distingue duas correntes de pensamento, uma apresenta a juventude como um conjunto social onde os indivíduos em determinado escalão etário, em busca da uniformidade e homogeneidade que caracterizam a fase da vida em que se situam, no fundo uma “*cultura juvenil*” definida em termos de idade. A outra corrente entende a juventude como um conjunto social diversificado, que agrupa dentro de um conjunto maior várias culturas juvenis, de diferentes origens sociais e económicas, de vários interesses...etc... Neste aspeto, este conceito de juventude é visto como a soma de vários tipos de jovens, que nada têm em comum para além da idade.

Grosso modo, a juventude, quer histórica e socialmente, é vista como uma etapa onde há grande instabilidade ligada a problemas sociais. Sendo que a distinção, em termos sociológicos, está centrada na capacidade de um jovem solucionar esses problemas, isto é, um adulto responsável é o que assume um conjunto de responsabilidades: emprego fixo e remunerado; vida conjugal, com ou sem filhos; a habitação independente. À medida que os jovens vão tendo estas responsabilidades vão ganhando o estatuto de adultos.

Nos dias de hoje são vários os problemas com que os jovens se debatem, entroncando todos eles na questão do desemprego jovem. As dificuldades de acesso a um emprego estão também ligadas à questão da habitação. Cada vez mais os jovens retardam a idade na saída de casa dos pais. É posta em causa a emancipação dos jovens muito à conta destes dois fatores. Dados

---

<sup>2</sup> <https://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/14900/0406804071.pdf>

<sup>3</sup> <https://www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/youth/Jovens-3.pdf>

<sup>4</sup> <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:21049364~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:4607,00.html>

lançados pelo Eurostat, até 2012 revelam que Portugal é um dos países onde mais jovens – entre os 18 e os 34 anos – residem em casa dos pais.<sup>5</sup>

Por toda a Europa, os jovens debatem-se com profundas mudanças económicas, políticas, sociais, culturais e ambientais que criam oportunidades mas também geram obstáculos. No entanto esta crise tem vindo afetar, sobretudo, a juventude europeia, sendo que em 2013 a taxa de desemprego europeia dos jovens abaixo dos 25 anos, registou os 23,5% no primeiro quadrimestre. O que fez com que a comissão europeia lançasse alguns programas/medidas para o combate ao desemprego jovem. Nomeadamente a “Estratégia 2020”.<sup>6</sup>

É natural que exista unanimidade na necessidade de uma maior participação política dos jovens mas muitas das vezes estes são excluídos do debate e dos processos de tomada de decisão acerca do seu próprio futuro.

No plano nacional, a relação entre os jovens e a vida pública é complexa e multifacetada. São várias as estratégias utilizadas pelos jovens no sentido de construírem uma visibilidade pública e comportamentos sociais. Nos últimos anos temos assistido a uma perceção social negativa no que à relação dos jovens com a política diz respeito. No entanto, há poucos dados sobre a real participação dos jovens e sobre o descrédito que estes têm nos representantes políticos. Num estudo divulgado em 2011 por Marco Lisi “*os jovens sentem-se pior representados pelos partidos em relação a outras camadas da população*”. Mas atendendo as recentes manifestações Março 2012 e Setembro 2013, diremos que os jovens não se sentem representados pelos governantes atuais naquilo que constituem as suas pretensões, importa dizer que não se trata de um sentimento exclusivo dos jovens mas algo que é transversal a toda a população.

E foi nestes espectro que têm ocorrido as discussões no seio dos *media* e dos novos *media*. As novas tecnologias de informação, de comunicação e os *social media* são atividades muito comuns para os jovens de hoje em dia. Estas manifestações culturais juvenis podem e devem ser utilizadas como instrumentos que facilitem o diálogo entre os jovens e as várias instituições.

Em suma existem várias definições possíveis para delimitar a juventude, falo em concreto da faixa etária, com limites variando de 10 a 35 anos, conforme a classificação que é muito utilizada em estatísticas; a determinação da maturidade (o uso de variáveis biológicas e psicológicas); a definição de critérios socioeconómicos para estabelecer os limites da juventude (renda, escolarização, casamento, paternidade ou maternidade, ambiente rural ou urbano e independência económica); e estado de espírito, estilo de vida ou sector da cultura, terminologias relacionadas às expressões culturais e aos comportamentos juvenis. (Catani e

---

<sup>5</sup> [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc\\_lvps08&](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc_lvps08&)

<sup>6</sup> [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/Unemployment\\_statistics](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Unemployment_statistics)  
<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/news-room/content/20140714IPR52340/html/Parlamento-Europeu-prop%C3%B5e-mais-medidas-para-combater-o-desemprego-jovem>

Gilioli, 2008). E como sustenta Pais (1993), a juventude aparece cada vez menos associada a uma categoria de idade e cada vez mais a um conjunto diversificado de modos de vida.

## 2.2 O Associativismo Juvenil

O associativismo é essencialmente uma forma de estar na vida, podemos dizer que este é a sociedade civil organizada, que apela à responsabilização e intervenção dos cidadãos nos vários quadrantes da vida social, sendo um importante instrumento para o exercício da cidadania. (Quintão, 2004)

O associativismo é um movimento no qual as pessoas se agrupam em torno de interesses comuns, construindo associações, entidades com personalidade jurídica e com objetivos de cooperação. É um instrumento de intervenção da sociedade civil que se rege pelos princípios de liberdade, de democracia e de solidariedade.

Uma das razões que faz com que as associações sejam consideradas um espaço privilegiado de afirmação da sociedade civil e de desenvolvimento de cidadania democrática, está no suposto efeito de que a participação associativa influencia atitudes e os comportamentos dos indivíduos de tal forma, que se traduz numa mais-valia no espectro da democracia.

De acordo com Mark Warren (2001) existem três dimensões a considerar no âmbito do associativismo da sociedade civil, as quais podem assumir um cariz altamente democrático sobre os indivíduos, a esfera pública e as instituições. Na primeira instância é dado o destaque à dimensão da autonomia individual, a diferença da ação individual, a informação, as habilidades políticas, o comportamento cívico e o sentido crítico. Na dimensão da esfera pública o autor considera a deliberação conjunta e comunicação pública, a diferença da representação da comunidade. Por fim, analisa os efeitos institucionais que estão ligados à representação e legitimação democrática.

Para Bobbio (2007), o associativismo (o direito de associação) é o “*critério dos tempos modernos*” que define uma sociedade democrática. Também Alexis Tocqueville (ed. 2008), já na sua época disserta acerca do associativismo, explicando que uma associação consiste “*na adesão dada por um certo número de indivíduos a estas ou aquelas doutrinas, e no compromisso que contraem de concorrerem de certa maneira para fazer com que elas prevaleçam*”. Tocqueville caracteriza as associações, olhando a realidade americana do século XIX, dizendo que “*os indivíduos associam-se com propósitos de segurança pública, de comércio e de indústria, de moral e de religião.*” Ressalva, ainda, que são as “*vontades individuais*” que fazem com que as associações se formem porque em democracia o indivíduo, “*aprende desde o nascimento que deve apoiar-se em si mesmo para lutar contra os males e os embaraços da vida*” e só se socorre da autoridade social em último recurso. Ainda sob a perspectiva de Tocqueville, o indivíduo percebe que é independente mas ineficiente quando sozinho, e se não se ajudar mutuamente nada conseguirá fazer para alteração do estado das

coisas. Leite Viegas, Faria e Santos (2010) adiantam que as associações têm elevada relevância política e são estruturas do âmbito das democracias liberais, isto porque beneficiam o funcionamento do estado de direito: o associativismo é o veículo para que os cidadãos instituem relações duradouras uns com os outros, fazendo como que haja uma integração e capacitando-os para a participação cívica por meio da “*interiorização de valores de cooperação, do desenvolvimento de atitudes de confiança e de hábitos de participação em processos de decisão coletivos*”. De acordo com os autores, as associações apresentam este duplo aspeto, numa vertente contrapõe a tendência atual que pugna pelo individualismo, na outra vertente, fomentam competências cívicas e alertam para questões de ordem coletiva.

As associações podem ser vistas como escolas de civismo na medida em que ministram competências aos seus membros, tais como, dirigir reuniões, redigir comunicados, falar e argumentar em público, que são necessárias a todo o tipo de ação política.

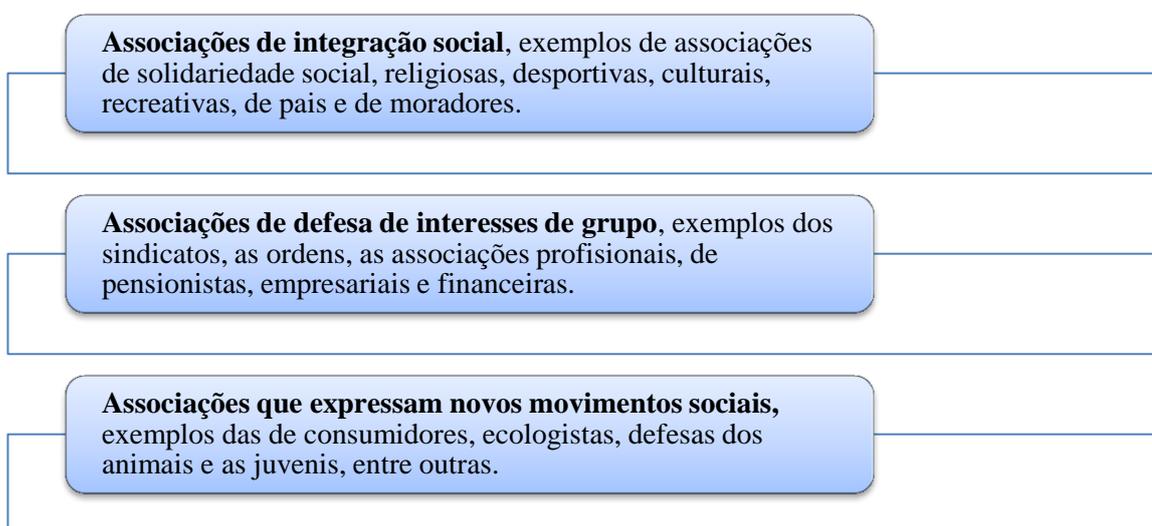
São várias as explicações sobre o surgimento do associativismo (Warren, 2001), há que considerar a visão utilitarista, sendo considerado o movimento associativo apenas uma modalidade ação coletiva, não no sentido económico, mas no sentido de dar resposta às escassas ofertas existentes do Mercado e do Estado; a visão normativa, na qual o cidadão tem necessidade de agir numa organização normativa de cooperação social coletiva; por fim, a visão comunitária, onde o associativismo requer como condição a adesão voluntária sobre uma realidade onde as consciências individuais se relacionam. Há, pois, uma ideia base ao associativismo que se traduz na ideia de cooperação voluntária e livre, no fundo criar uma solução para um problema identificado. A experiência associativa está intimamente ligada à transformação social e a sua dimensão cultural, uma vez que os sujeitos expressam o seu sentimento de pertença, vivendo a dinâmica e cultura associativa.

A associação pode ser abordada como um espaço que faz a passagem da esfera privada para a pública, é uma estrutura formal e independente, distinta do Estado, não tendo atividade comercial, não distribuindo proveitos aos seus associados ou aos seus administradores e requer uma composição de participação voluntária. A associação está, ainda entre uma rede de socialização primária e secundária porque pressupõe relações diretas e personalizadas, construindo redes sociais que saem da esfera do território, da família e da profissão. É um espaço de horizontalidade porque não se impõe nem pela força, nem pela autoridade nem tradição. Assenta sob uma comunidade onde as relações entre os indivíduos se regem pelos princípios de liberdade e igualdade, tendo um efeito conciliador na pertença à comunidade política e afirmação do indivíduo. (Leite Viegas, Santos, Faria, 2010)

Importa ainda considerar que há vários tipos de associações, nomeadamente, associações que centram a sua ação na satisfação das necessidades e dos interesses dos seus próprios membros; associações centradas em satisfazer as necessidades e interesses de indivíduos ou

coletivos em volta de temáticas específicas, independentemente dos seus membros estarem ou não implicados; há ainda as associações que reservam o seu espaço para aspetos de interesse geral e associações vocacionadas para levarem a efeito determinada ação/serviço. Estando aqui a presente a questão relacionada com o tipo de constituição: existem associações formais, com personalidade jurídica, reguladas por normas que conduzem tomada de decisões e funcionamento, e associações informais nas quais não existem normas instituídas a cumprir. Outro critério é o tipo de organização interna, onde podemos observar associações centralizadas, nas quais está presente uma hierarquização de funções, especialização na divisão de tarefas e tomadas de decisão levadas a cabo por um restrito número de associados ou por outro lado associações descentralizadas, nas quais as metas e as decisões são construídas por todos os membros. Nestas, as tarefas são repartidas de acordo com critérios operacionais e executadas de forma autónoma por diferentes centros. (Claves, 1994)

**Figura 2 – Tipologias de Associações**



Fonte: *Envolvimento associativo e mobilização cívica*, José Manuel Leite Viegas, Sérgio Faria e Susana Santos, in *A Qualidade da Democracia em Debate: Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha (2010)*

Não há uma aceitação geral em relação ao sentido das transformações da realidade associativa, mas as mesmas são observáveis e estão relacionadas com vários fatores. Pode dizer-se que a transformação do associativismo está ligada com a crise de representação e de funcionamento das instituições democráticas. (Silva, Ferreira 2005) Traduzindo-se no empobrecimento do sentido de comunidade e da solidariedade pública, na desconfiança pelas instituições públicas e alheamento político. Sendo que de acordo com os autores Silva e Ferreira (2005), a dinamização do papel dos cidadãos nas decisões e no contributo cívico é fundamental para o sistema político e para a qualidade da democracia. Também Delgado (2006) salienta que a participação é um processo em permanente construção que não está só presente em certos momentos da democracia representativa, isto é, apenas no ato de votar. A democracia participativa é sinónima de autonomia, onde se partilha a tomada de decisão. Assim, as

associações são espaços que granjeiam de afirmação da sociedade civil e de desenvolvimento da cidadania democrática.

Numa breve análise histórica, o associativismo em Portugal começa por estar associado às primeiras corporações, organizações de base profissional, que agregavam indivíduos ligados pelos mesmos interesses.

Em termos de associativismo em Portugal as mudanças políticas também tiveram eco neste campo, de destacar sucintamente três momentos: o século XIX; o século XX e após a revolução de 25 de Abril de 1974. Durante o século XIX, a revolução industrial fez com que se iniciasse um conflito entre classes e reivindicações coletivas, onde começaram a aparecer as primeiras organizações de cariz associativo. Foi neste espetro que se desenvolveu uma forte consciência cívica. (Rosendo, 1996)

No período do Estado Novo, o associativismo foi alvo de muitas condicionantes, com intrínseca redução da liberdade das associações e com a centralização do Estado.

Após o 25 de Abril de 1974, a liberdade de associação é reposta através da constituição, havendo um incitamento à criação e desenvolvimento de associações. Estando consagrado na Constituição da República Portuguesa, no artigo nº 46, que *“os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respetivos fins não sejam contrários à lei penal”*. Sendo estas livres de prosseguir os seus fins *“sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado”*, nem podem ser suspensas as atividades *“senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial”*. *“Ninguém pode ser obrigado a entrar ou permanecer numa associação. Não são permitidas associações armadas nem do tipo militar, militarizadas ou para militares, nem organizações que perfilhem a ideologia fascista.”*<sup>7</sup>

As associações levam a cabo ações de crescente importância em campos muito diversificados, em particular: educação, preservação do ambiente, defesa do património, promoção da cultura e reforço de direitos, dando, assim, um complemento à intervenção do Estado.

Nos últimos 30 anos tem surgido uma alteração nas formas organizativas e processos de participação coletiva na esfera pública, definida como a surgimento de novos movimentos sociais.

As associações juvenis, segundo Garcia e Terron (1997), tentam juntar jovens que pretendem alcançar diversos fins. Forma-se um grupo específico devido à sua constituição etária o que influencia as suas formas de se organizarem e comunicarem. Partilham atitudes, códigos e valores que, de forma geral, são diferentes dos códigos e valores dos adultos. As associações permitem, sobretudo, que os jovens participem na vida social, nos espaços de formação e que

---

<sup>7</sup> <https://dre.pt/comum/html/legis/crp.html>

satisfaçam as necessidades tanto dos associados como das pessoas à sua volta. Estas materializam também a formação em conteúdos diversos, relacionados com os fins específicos de cada associação juvenil. As associações juvenis devem, também, construir-se em espaços de relação, abertos e flexíveis onde exista a preocupação de todos tomarem parte, numa relação horizontal, independentemente das responsabilidades e capacidades de cada um.

As associações juvenis têm um cariz muito específico dentro do mundo associativo, sendo que são um grupo heterogéneo pela diversidade de ações que levam a cabo bem como a quem são dirigidas essas ações. (Garcia e Terron 1997) O associativismo juvenil é também um meio onde há várias oportunidades para que se desenvolvam projetos que possam ter impacto em determinada comunidade/grupo/sociedade. A lei do associativismo juvenil, (a Lei n.º 23/2006 de 23 de Junho, que se encontra em processo de consulta para que haja alterações à mesma), estabelece o regime jurídico do associativismo jovem, bem como contempla os programas de apoio ao desenvolvimento das suas atividades. Muito sucintamente, nesta lei figura a diferenciação entre as associações juvenis, associações de estudantes, bem como as federações de associações de jovens, sendo feita ainda menção aos grupos informais de jovens. De referir ainda que esta lei estabelece os programas de apoio financeiro, técnico, formativo e logístico. Os apoios mencionados na lei são providos pelo IPDJ, (Instituto Português do Desporto e da Juventude), entidade competente designada pela esfera do Estado.

As associações juvenis são espaços de participação com uma forte componente educativa (mecanismos de educação não formal), permitem a aprendizagem de aptidões, técnicas e conteúdos para uma maior participação na vida cívica. Fazem com que se aprofundem valores e atitudes relacionadas com a participação em sociedade, a solidariedade, o respeito pelo meio ambiente, o respeito pelos direitos humanos, a responsabilidade na mutação social e a prossecução de uma sociedade mais igualitária e mais justa. (Garcia e Terron, 1997)

O associativismo é, por norma, usado para medir a disposição para assumir e exercer direitos cívicos e políticos por parte da juventude portuguesa. (Ferreira, Fernandes, Puga, Barrisco, 2006).

Hoje em dia existe, também, uma realidade que regista já há algum tempo uma grande ascensão, que é a do associativismo jovem informal. (Silva e Ferreira, 2005) Não existe uma quantificação precisa a este nível, mas estes estão consignados na lei do associativismo.<sup>8</sup> Estes grupos têm como característica a falta de estrutura formal de funcionamento (regulamentos, estatutos, registos legais, quotas, etc.), e na maioria das vezes o seu principal objetivo é satisfazer de forma coletiva um interesse pessoal que é compartilhado pelos seus membros. Não têm a pretensão de influenciar a realidade que os rodeia mas exercem um papel primordial nas relações e na coesão social. (Claves, 1994)

---

<sup>8</sup><https://juventude.gov.pt/Associativismo/RNAJ/ConheceRNAJ/Paginas/Conhece%20o%20RNAJ.aspx>

O exemplo disto foi o movimento “*Geração à rasca*” que teve o seu expoente máximo a 12 de Março de 2011, traduzido num protesto convocado nas redes sociais e não vinculado a partidos políticos ou sindicatos. Congregou o maior número de manifestantes nas ruas desde o 25 de Abril de 1974. Estes jovens universitários/diplomados com idades entre os 21 e 30 anos explicaram que o protesto foi o culminar da insatisfação e o alertar para a degradação das condições de trabalho e da educação em Portugal. Este protesto teve eco por toda a imprensa, onde se avançam com cerca de 280 mil participantes, divididos por Lisboa com cerca de 200 mil e o Porto os restantes 80 mil.<sup>9</sup> Dando até origem ao movimento 12M<sup>10</sup>, o mesmo não foi exclusivo dos jovens mas face ao momento de crise retratado há uma transversalidade destes problemas em todas as faixas da população, facilmente verificados no documento **Ciclo de Reflexões e Debates relativos ao tema “Aprofundamento da Democracia”**, promovido pelo 12M e pela Associação 25 de Abril.<sup>11</sup>

A última manifestação que teve também elevada expressão nas redes sociais e por consequência nos meios de comunicação social foi a 15 de Setembro de 2012, já no mandato do atual Governo, esta considerada a maior de sempre em Portugal, promovida pelo movimento “*que se lixe a troika*”, e também convocado através das redes sociais, mais uma vez importa repetir que este movimento não agrega só jovens mas também outras faixas etárias. Dizer, ainda, que foi este movimento teve por base o primeiro.

Estes movimentos sociais de contestação ultrapassam as questões de base do associativismo, no entanto têm-se tornado um dos alicerces da relação entre a elite política e classe subordinada. (Pereira, 2103)

Sobre as questões da expressão dos movimentos sociais originados na Internet importa falar em Castells (2012), que a partir dos protestos que desencadearam a “*Primavera Árabe*” adianta uma problematização transposta para a realidade europeia (do sul), evidenciando como diferença a juventude qualificada vivendo em condições de precaridade laboral, com elevadas taxas de desemprego. Tem também em consideração o conceito de ativismo cibernético muito ligado à população, havendo lugar a um esfera pública virtual dando origem a novas formas de contestação social. Bem como havendo aqui uma clara facilidade de acesso à internet quer no domínio privado como no espaço público.

No entanto, destes movimentos hoje em dia resta muito pouco, como afiança uma reportagem publicada no *jornal on-line P3* de 11/03/2014<sup>12</sup> uma vez que os jovens que

---

<sup>9</sup> <http://expresso.sapo.pt/manifestacao-geracao-a-rasca-chega-ao-rossio-com-mais-de-200-mil-pessoas-fotos-e-video=f637298>

<sup>10</sup> <http://www.movimento12m.org/>

<sup>11</sup> [http://www.movimento12m.org/sites/default/files/docs/aprofundamento\\_democracia.pdf](http://www.movimento12m.org/sites/default/files/docs/aprofundamento_democracia.pdf)

<sup>12</sup> <http://p3.publico.pt/actualidade/sociedade/11207/onde-para-geracao-rasca>

organizaram estes protestos nas redes sociais, apenas alguns continuam ligados ao movimento 12M, outros emigraram, outros envolveram-se noutras causas e outros distanciaram-se.

Posto isto, os grupos informais podem ser um motor, um exemplo de funcionalidade e espontaneidade, por contraposição à burocracia e à rigidez formal. Tem como objetivo atingir resultados concretos e satisfações imediatas mais do que interesses e objetivos abstratos a longo prazo. Há a necessidade de se observar atentamente estas dinâmicas associativas informais e o que está subjacente a este tipo de organização e refletir o que pode ser transposto para o associativismo dito convencional. (Claves, 1994)

### **3. OS JOVENS, PARTICIPAÇÃO CIVÍCA E COMUNICAÇÃO**

#### **3.1 Os Jovens e as Redes Sociais**

A internet tem vindo a tornar-se um espaço onde proliferam vários milhões de atores sociais, e onde ainda não se conhecem os constrangimentos de espaço ou o tempo da vida *off line*. A internet tem várias possibilidades e potencialidades, este avanço tecnológico e a globalização permitem uma troca rápida e simples de todo o tipo de informação, à distância de um clique.

Atualmente, temos vindo a assistir a uma proliferação de plataformas *online*, falo concretamente de *Facebook*, *Twitter*, *MySpace*, *Instagram*, entre outros. De acordo com Livingstone (2008) há vários aspetos positivos no diz que diz respeito à observação deste fato. Há uma corrente que vê nas redes sociais novas oportunidades de socialização, envolvimento na sociedade e aprendizagens que daí possam retirar. Esta investigadora indica que os estudos académicos enfatizam que a conceção de novos conteúdos por parte dos jovens se contrapõe ao campo tradicional dos produtores sobre os consumidores e pode simplificar o aparecimento de uma cultura inovadora, local e global. A autora refere, também, que, contrariamente ao que acima foi referido, os discursos mediáticos e populares retratam um desânimo oscilante, muito provavelmente devido ao fato de se assistir hoje a uma geração muito diferente daquela que os adultos de hoje viveram e da qual têm recordações nostálgicas.

Ainda que as tecnologias tenham quebrado as barreiras naturais aos seus utilizadores, emergem dois diferentes aspetos: primeiramente significa que a distância deixou de ser um obstáculo à interação e à comunicação; em segundo lugar há uma alteração na natureza dos intervenientes uma vez que na internet há a possibilidade de nos esconder atrás de uma identidade que não é a real.

Importa ainda referir que as redes sociais estão a ocupar uma posição cada vez mais sólida em áreas como a empresarial e cultural, passando o campo académico e científico.

No âmbito deste capítulo importa aqui falar num estudo realizado em 2010 no âmbito do World Internet Project (WIP), “A Utilização da Internet em Portugal 2010”, em que cerca de 56% dos cibernautas portugueses faziam uso de redes sociais.

Entre os *sites* de redes sociais mais utilizados, em 2010, encontrava-se o *Hi5*, utilizado por 42,6%; o *Facebook*, utilizado por 39,7%; o *Twitter*, usado por 7,9%; o *Myspace* e o *Orkut*, redes utilizadas por 6,6% e 5,7% dos portugueses respetivamente.

Hoje em dia é o *Facebook* que lidera esta estatística, são vários os estudos que apontam nesse sentido, recentemente publicado pela *Marketest*, 95% dos portugueses que utilizam redes sociais têm conta no *Facebook*. Já o *site* “*socialbakers.com*” que analisa as redes sociais, indica que em Portugal os utilizadores masculinos e femininos têm a mesma percentagem, e destacar aqui que a faixa etária que apresenta uma maior taxa de utilização se situa entre os 25 -34 anos.<sup>13</sup>

“A utilização das redes sociais decresce à medida que a idade aumenta (...). Assim, em qualquer um dos *sites* de redes sociais analisados, os utilizadores com maior expressão quantitativa são os mais jovens e, pelo contrário, o número de utilizadores é mais restrito no escalão mais avançado” (Cardoso, Espanha, Tabora, 2010).

Um outro aspeto a considerar no relatório “*Utilização da Internet em Portugal 2010*” diz respeito às razões que motivaram os inquiridos a aderir a uma rede social. Os utilizadores de redes sociais inquiridos justificam a sua presença neste tipo de *sites* pela possibilidade de manter contactos à distância, pelo facto de existir outras pessoas conhecidas já com conta aberta nos *sites* de redes sociais, pela possibilidade de partilha de pensamentos, comentários, fotografias ou vídeos nas redes sociais.

De acordo com o relatório “*Utilização da Internet em Portugal 2010*”, os utilizadores portugueses de *sites* de redes sociais parecem utilizar as ferramentas de comunicação (e outras funcionalidades das redes sociais) principalmente para interagir com pessoas que já conhecem no meio *offline*. Isto porque, segundo o relatório, 78,4% dos utilizadores de *sites* de redes sociais inquiridos neste estudo afirmaram que a sua lista de amigos virtuais é composta por pessoas que conhecem pessoalmente. Apenas 21,6% dos inquiridos declararam que se encontravam sobretudo relacionados com pessoas que não conheciam pessoalmente. Entre os utilizadores mais jovens, a percentagem de pessoas que não se conhece pessoalmente é de 24,8% no grupo etário entre os 15 e os 24 anos, e de 18, 8% nos utilizadores com idade entre os 25 e os 34 anos. De salientar que o relatório “*Utilização da Internet em Portugal 2010*” não identificou qualquer relação entre o escalão etário e o conhecimento pessoal ou não das pessoas que integram a lista de amigos em *sites* de redes sociais.

---

<sup>13</sup> Dados recolhidos a partir:

[http://www.marktest.com/wap/private/images/logos/Folheto\\_redes\\_sociais\\_2013v1.pdf](http://www.marktest.com/wap/private/images/logos/Folheto_redes_sociais_2013v1.pdf)  
[http://sol.sapo.pt/Common/print.aspx?content\\_id=98434](http://sol.sapo.pt/Common/print.aspx?content_id=98434)

De acordo com um estudo da *Marktest* feito em 2012, são os jovens entre os 15 e os 24 anos que em média despendem mais tempo nas redes sociais, cerca de 116 minutos. Já o escalão seguinte considerado, dos 25 anos aos 44 anos, gasta cerca de 62 minutos.

Dado o que tem vindo aqui a ser exposto, posso dizer que a internet se legitima cada vez mais como um espaço privilegiado de trocas de informação, havendo uma forte presença da internet no quotidiano dos jovens portugueses.

Relativamente à força das redes sociais, avanço aqui o exemplo da manifestação que ocorreu a 12 de Março de 2011, ficando aqui evidente uma nova forma de participação política dos cidadãos. O “*Protesto Geração à Rasca*”, nome com o qual ficou conhecido, nasceu nas redes sociais e foi nesse espaço que ganhou forma, os apelos e os convites eram feitos à rede de contactos do utilizador para que se marcasse presença na manifestação. Como foi observável nos *media* tradicionais a adesão foi massiva demonstrando-se o descontentamento social dos cidadãos.

Um dos aspetos mais interessantes que resultou desta manifestação foi a forma como o protesto foi organizado e o papel, em particular, que as redes sociais desempenharam em toda a conceção. Em termos de associativismo, após este protesto constituíram-se formalmente novos movimentos, tais como o Movimento 12 de Março, o Movimento Cívico Geração à Rasca, entre outros que se multiplicaram através das redes sociais.

Este exemplo é importante para este trabalho e inserido neste ponto, porque exemplifica na prática a alteração das condições de comunicação e materializa que a expansão das redes sociais na Internet pode influenciar a mobilização cívica em Portugal e colocar na agenda política assuntos que afetam a população em geral e no caso desta dissertação a vida dos jovens.

Há ainda que elevar a forma como o movimento associativo funciona quando tem ao seu dispor meios capazes de convocar e mobilizar cidadãos através das redes, ainda que seja um movimento de livre associação.

As redes sociais no seio dos jovens têm um potencial enorme, sendo que podem ser mecanismos alternativos de associação e capacitação dos sujeitos numa vida cívica verdadeiramente participada.

A relação entre meios de comunicação e os movimentos associativos não é nenhuma novidade, mas a tónica é posta, agora, nas novas tecnologias de comunicação e o papel que estas ganharam na sociedade atual. São os espaços de interação que as redes sociais disponibilizam que são considerados como um dos principais elementos que as distinguem dos meios tradicionais (rádio, T.V. e imprensa), dado que aqui o espaço para o contraditório ou resposta é bastante diminuto.

Assim e apesar das formas mais tradicionais de comunicação continuarem a ter um lugar de destaque na hierarquia da importância, a verdade é que as novas tecnologias de informação e

comunicação, no caso particular as redes sociais dão corpo a um vasto conjunto de recursos inovadores no âmbito da transmissão e difusão da mensagem e hipótese de interação.

De acordo com o autor Pierre Lévy (2002), a participação em comunidades virtuais funciona como um incentivo à constituição de uma inteligência coletiva, as quais os sujeitos podem utilizar para trocar informações e conhecimentos

### **3.2 Participação Cívica e Juvenil - “ O Papel do Associativismo”**

O movimento associativo e a sua importância no contexto democrático é uma discussão que nos remete para a obra de Alexis Tocqueville (ed. 2010), “*Da Democracia na América*”. Durante toda a obra as associações são vistas, por um lado, como opositoras ao cariz individual do indivíduo e, por outro, são um estímulo ao interesse dos cidadãos pelos assuntos de natureza coletiva, incitando, assim, a participação ativa na sociedade. De destacar ainda a questão da adesão voluntária, um dos princípios fundamentais do associativismo, sendo este a expressão da liberdade de escolha do indivíduo, fato que faz com que as associações sejam compostas por elementos muito diferentes sendo que se esbate, assim, a questão das diferentes condições sociais. (Leite Viegas, Faria, Santos 2010)

Mas não só Tocqueville dissertou acerca do associativismo no entanto foi ele o pioneiro dos estudos que tiveram como objeto as associações e as suas consequências na esfera política. Foi em 1963 que Gabriel Almond e Sidney Verba com “*The Civic Culture. Political Attitudes and Democracy in Five Nations*” produziram o primeiro estudo sobre a cultura cívica dos cidadãos de cinco países. Um estudo que teve em linha de conta o tipo e o número de associações em que os sujeitos estão inseridos, mas também o que é conta para essa inserção, sendo assim elaborada uma base de dados que fazia a correlação entre as associações e a mobilização e comportamento e participação na vida cívica. Estes autores entenderam que a inserção nas várias associações, a participação ativa e a escolha de movimentos que têm cariz político, está intimamente ligada ao perfil dos indivíduos, isto é, há uma inclinação para o envolvimento associativo por parte dos que já possuem estes valores, atitudes e espírito cívico mais evidente. (Almond & Verba, 1963)

As Associações Juvenis no seu todo, dia-a-dia dão prova da sua multiplicidade quantitativa e qualitativa, tendo expressão nas mais diversas áreas, tais como: promoção da cultura, do ambiente, do património, da ciência, do desporto, da solidariedade, do voluntariado, dos direitos humanos, da igualdade de oportunidades, da mobilidade e intercâmbio entre outras. Assim, o setor do associativismo juvenil como força útil de alerta e interpelação é, pois, um ator fundamental de desenvolvimento, de inovação e de coesão social e, também, encarado como um vetor essencial da vida pública através do envolvimento e participação ativa dos vários jovens que nele estão envolvidos. As associações juvenis são um motor de desenvolvimento das comunidades, não só por serem dispositivos de promoção de uma participação ativa e voluntária

dos jovens no “*bem público*” e da sua própria capacitação, mas também pelo contributo para a dinamização da economia local e nacional. (Maltez, 1996)

As Associações Juvenis são ainda espaços privilegiados de sociabilidade e promoção de cidadania entre os jovens. São também palcos de envolvimento/investimento que coadjuvam em larga medida o *empowerment* dos jovens e a sua identificação com a comunidade local.

O Associativismo é uma pedra basilar na construção de um pensamento crítico, da cidadania e da democracia, sendo que representa um elevado potencial para o desenvolvimento local, tornando-se imperativo o seu reconhecimento, apoio e incentivo.

É quando vive a sua juventude que o jovem irá experienciar e descobrir certos conceitos como a participação cívica, cidadania e os deveres e direitos que tem com a sociedade em que está inserido. Também é na juventude que o jovem irá mostrar e por em prática as suas convicções como por exemplo fazer parte de uma associação mostrando assim à comunidade que o circunda os seus gostos e objetivos ou exercendo direito de voto, verificando-se, assim, que cumpre os seus deveres e direitos cívicos. (Abramo, 1994)

Por norma, a cidadania é vista como um conjunto de direitos responsabilidades, obrigações, para um jovem dos nossos dias bastante influenciado por uma cultura individualista, é necessário que este compreenda a ideia que a cidadania está para além do campo das obrigações, é essencial admitir que os movimentos juvenis que expressam a sua cultura estão a fazer uso da sua cidadania livremente mas simultaneamente repleta de direitos e de responsabilidades.

Quando abordamos o tema da participação juvenil, é importante saber quais são os espaços de participação que existem e perceber de que forma se processa o seu funcionamento. No âmbito da democracia representativa falamos tradicionalmente em partidos políticos, já na esfera da democracia participativa, e no estrato reservado à juventude, falamos em associações juvenis e em processos existentes em termos de diálogo cívico nos mais variados quadrantes.

*“O termo associação designa uma espécie do género de «corporações», de entidades coletivas constituídas por um conjunto de pessoas com vista à persecução de um interesse comum”.* (Albuquerque, 1998)

Voltando à perspetiva de Alexis de Tocqueville é impossível que o governo responda a todas as necessidades do seu povo, assim, este tem necessidade de se associar para realizar essas necessidades, sendo assim, o associativismo é um meio para alcançar os objetivos comuns da comunidade, levando a cabo atividades que os indivíduos conseguem ter capacidades para alcançar. Neste quadrante não se podem descurar os *media*, daí Tocqueville colocar a tónica na importância do acesso à informação, nomeadamente aos jornais como meio de divulgação à participação e ação coletiva.

Já na abordagem que Durkheim faz, o interesse individual não põe a sociedade a funcionar, indica que devem existir várias estruturas sociais de solidariedade social para que o indivíduo viva em comunhão. O autor nega a existência de um Estado centralizado, defende a criação de diversos grupos sociais em prol da mediação entre o cidadão e a sociedade. O autor advoga que uma sociedade organizada define-se quando cada indivíduo tem uma função na comunidade, e para alcançarem as suas necessidades existe uma solidariedade a que dá o nome de mecânica, dado que a divisão social do trabalho dá origem a uma solidariedade orgânica, mas no outro quadrante a evolução das sociedades motiva a solidariedade mecânica.

O conceito de cidadania tem emergido no discurso político ao longo dos últimos anos, tendo encontrado várias conceitualizações, no que diz respeito às várias disciplinas e diferentes escolas de pensamento. É um conceito que não logra nem universalidade, nem consenso. Da perspetiva histórica, a cidadania é um conceito que determina pertença de um ser humano a uma certa sociedade. (Petrella, 2002).

Atualmente, o conceito de cidadania não pode ser visto como um corpo em separado do conceito de socialização. O cidadão é, pois, o sujeito de uma socialização em ambiente democrático, capaz de assumir responsabilidades, de escolher de forma independente, de solucionar conflitos sem recorrer à forma violenta, de reforçar e pugnar por atos de solidariedade.

Importa referir, ideia já mencionada anteriormente, muitos jovens portugueses apontam para um premissa “*ingénua*” de que o exercício da cidadania se esgota no ato de votar num líder político, que poderá, após a sua eleição, exercer o poder de forma absoluta, sem que seja alvo de qualquer regulação por parte dos cidadãos que o elegeram.

A associação de jovens em determinados grupos sociais, organizações partidárias e sindicais ou apenas em comunidades mais ou menos implicadas politicamente põe em equação a interação de um conjunto de pessoas com a pretensão de alcançar um ou vários objetivos comuns. Nesta base, os grupos sociais são de pronto identificáveis, estruturados formal ou informalmente, expõe papéis e funções várias e juntam quem os compõem em torno de uma causa comum, há no fundo uma comunhão de vontades convergentes. Daqui submerge um processo de socialização e educação informal entre os membros.

Uma vez admitida a importância que associações têm para o bom exercício da democracia, não podemos ignorar que, de acordo com os ideais e interesses que advogam, há associações de diferente cariz, e muitas formas de os jovens se envolverem ativamente nestas, bem como variados efeitos na ordem democrática instituída.

Nesta equação da participação juvenil não podemos deixar de falar na importância dos *mass media*, que são atualmente um mediador político de grande alcance, no que concerne à difusão de informação política e da própria formação da opinião pública.

A importância dos meios de comunicação no âmbito do movimento associativo não é um tema completamente desconhecido, uma vez que é amplamente sabido o papel que os *media* executam nas dinâmicas e na evolução dos movimentos sociais através da forma como apresentam as suas atividades e projetos. A mediatização impõe certos limites por isso a percepção em relação ao que se faz ou diz sobre um certo movimento ou associação (Perlmutter e Wagner, 2004), ou seja, contribui, através das representações dominantes, para a imagem que muitas vezes se tem sobre determinado movimento ou associação.

#### **4. AS POLÍTICAS DE JUVENTUDE**

##### **4.1 Os Jovens e o agendamento das políticas de Juventude**

O reconhecimento da juventude como categoria social diferenciada é um acontecimento do século XX, logo a elaboração de políticas públicas direcionadas para os jovens é algo mais recente. Estas políticas públicas orientadas para os jovens dizem respeito ao sistema de proteção, do qual se tanto fala hoje em dia por toda a “*opinião pública*”.

No final da década de 90’ já Machado Pais (1998) fazia a antevisão de que uma nova pobreza se estava a desenvolver, que chegava a desempregados, jovens e idosos à margem do sistema de segurança social. Foca aqui a degradação das transferências públicas por meio do sistema de proteção social, sendo este o mote para a criação de dependências/solidariedades familiares.

A emancipação juvenil é algo que é característico da condição juvenil e a concretização desta é influenciada não só pelo tempo destinado para a conclusão dos diferentes níveis de ensino (escolar, profissional e superior), como pela precaridade laboral dos nossos dias a que estão sujeitos os jovens, ficando, ainda subjugados, a dependência económica e retardando a fase da autonomia.

Em todos os fóruns de debate quer nacionais, quer europeus, o emprego é visto como a condição fundamental para a integração social e valorização juvenil. Sendo desta feita o problema central da agenda política nacional, nomeadamente o problema da falta de emprego dos jovens licenciados.

Posso dizer que apesar da realidade dos jovens ser muito diferente, assim como os seus percursos de vida, no entanto os seus interesses confluem para domínios prioritários como o da educação, o trabalho, a situação financeira e a habitação.

Neste ponto importa falar ainda na célebre teoria da comunicação como agenda-setting, levada a cabo McCombs e Shaw (1972), teoria que diz que os meios de comunicação têm a capacidade de inserir temas que serão objeto de discussão na agenda pública.

O agendamento reporta-se à inclusão de um determinado assunto na lista dos temas sistematicamente abordados pelos *media* e à visibilidade que um determinado assunto adquire ao integrar o discurso jornalístico.

Fazendo a ponte com as questões da política de juventude é interessante analisar a perspectiva de John Kingdon (ed. 2003), para este autor a agenda governamental é definida como um conjunto de assuntos sobre os quais o governo e os agentes que estão ligados a este concentram os seus esforços em determinado momento. A formação de agenda procura analisar os instrumentos causais, relacionais e contextos que introduzem determinado tema na agenda do governo. Havendo, assim a possibilidade de compreensão da dinâmica política e o papel que os atores políticos ocupam na formulação de determinada política pública. A teoria avançada por Kingdon (ed. 2003) indica que a elaboração de políticas públicas são ciclos políticos. No entanto, estes ciclos não são lineares, são até bastante complexos. Ou seja, a teoria da formação de agenda preocupa-se em saber como o governo toma a opção sobre determinada política pública num espectro político plural e sob a preponderância e pressão de grupos diversos.

No âmbito da teoria do agendamento o que emerge como questão fulcral passa por responder como é que certa temática se torna relevante para o governo. Assim Kingdon (ed. 2003) diferencia três tipos de agenda: a não - governamental (ou sistémica), em que as temáticas são do conhecimento público mas estes não recebem a atenção do Poder Público; a governamental, onde os temas públicos relevantes são tratados e são alvo de formulação de políticas públicas, no entanto vão emergindo a par temas mais complexos; por fim, a de decisão, onde os temas mais complexos são tratados e é aqui que se efetiva a formulação e implementação das políticas públicas. Para o autor *“a agenda de decisão, como eu a concebo, é a lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estritamente associadas às autoridades”* (Kingdon ed. 2003).

#### **4.2 A influência do *Advocacy Juvenil***

O *Advocacy* é um termo com génese inglesa e pode ser traduzido por *“advocacia”*, no sentido de *“advogar”*, *“defender”*. Mas o seu significado é mais amplo, sendo que pode ser, também, traduzido em ações de grupos, atores sociais ou entidades que têm como objetivo produzir pressão política por meio de uma estratégia articulada de mobilização, seja de determinados grupos, na defesa dos seus interesses, ou da sociedade civil organizada, na defesa de interesses sociais. (Azevedo,2003)

As ações no âmbito do *advocacy* são desenvolvidas fundamentalmente com o objetivo de pressionar o poder público na elaboração e implementação de políticas públicas nos diversos

campos, além de serem utilizadas também na defesa dos direitos de segmentos ou públicos específicos.

Importa referir que, apesar de eventualmente se confundir *advocacy* com *lobby*, estes dois diferem fundamentalmente, em função do objetivo principal estar direcionado para o interesse público, e outro pauta a sua ação e atividade na procura pela satisfação de interesses privados.

Um exemplo que pode ser usado para fazer a diferenciação entre estes dois conceitos, passa pelas ações contrárias ao desarmamento que, são constantemente relacionadas ao *lobby* das armas.

Há também que ter em linha de conta ao nível do *advocacy*, a inclusão deste tema nos *media* e, conseqüentemente, nas agendas políticas. É mais provável que uma ação de *advocacy* que tenha visibilidade mediática se traduza em resultado prático, uma vez que provoca a discussão pública, do que outras que não tenham, estas apenas têm incremento a nível local ou localizado num certo grupo específico. (Patri, 2011)

A dicotomia entre juventude e política tem estado ligada a uma diversidade de interpretações, que variam entre uma visão mais idealista e uma visão mais depreciativa, que dependem da forma como os jovens encaram as diferentes circunstâncias socio-históricas. Na primeira visão os jovens surgem como uma geração que questiona os valores políticos fundados pelas gerações anteriores, já ao nível da segunda corrente, os jovens surgem como uma geração “*endemicamente apolítica*”, que não se interessa pelo envolvimento em todo o processo político. Observando o espectro europeu, os últimos anos têm sido marcados por um problema comum à maioria das democracias ocidentais – o afastamento dos jovens dos processos democráticos convencionais. (Mayorga, 2013)

As ações de *advocacy* estão inseridas no conceito de cidadania, de democracia participativa, de participação e controle social. Qualquer pessoa ou instituição tem legitimidade para fazer *advocacy*.

Campanhas e pesquisas podem ser utilizadas para este fim, contribuindo para divulgação e compreensão do problema, e a necessidade de implementação da política pública defendida. Da mesma forma, a busca por indicadores de resultado e a monitorização permanente dos resultados alcançados são parte de uma boa estratégia de *advocacy*. A avaliação dos resultados advindos com a implementação de determinada política pública servirá como base para a sua validade, o seu aperfeiçoamento, implementação em outras localidades, e até como parâmetro para outras políticas públicas. (Patri, 2011)

O *advocacy* tem como objetivo a promoção e defesa dos direitos individuais ou a atuação em prole de uma causa específica. (Azevedo, 2003) Isto é, como ocorrência política fortalece-se pela ação coletiva, mas em rede, o *advocacy* centra-se em questões mais diretas, individualizadas e objetivas. Ao nível do conceito de ocorrência política salta à vista a importância da capacitação

e empoderamento dos grupos sociais para que marquem posição na luta pela transformação social e garantia dos direitos humanos. (Samuel 2002) Ao nível deste contexto estes sujeitos devem ser os principais promotores da ação, podendo ser orientados por *experts* enquanto são capacitados e estimulados para levarem a cabo a ação sozinhos.

Ao nível da ação política, podemos entender que esta retrata as atividades relacionadas com o exercício de poder na *pólis*, sendo que ao longo da história, o conceito de política tem vindo a evoluir. Ao nível da semântica portuguesa, esta palavra pode assumir três noções: a política como ciência ou arte de governar ou como prática de relações políticas (*politics*); a política relacionada com uma forma de governar, de organizar dada comunidade ou Estado para o exercício de poder (*polity*); a política como procedimento, como estratégia de ação para o alcance de um determinado objetivo (*policy*). (Maltez, 1996)

As associações juvenis levam a cabo campanhas de informação, educação não formal e comunicação, com o objetivo de despertar a consciencialização em certos assuntos que dizem diretamente respeito aos jovens.

Do ponto de vista das associações elas pretendem que o *advocacy* vise educar e criar consciência entre os legisladores e também no público em geral, das questões que mais preocupam os jovens nos dias de hoje. Há uma crescente importância por aglomerar políticas públicas para atender às necessidades sentidas. O *advocacy* juvenil materializa-se sobretudo em processos de defesa de metodologias que querem produzir uma alteração nas políticas, nos programas e nas leis de qualquer tipo de instituição, quer no governo, quer numa agência internacional, quer noutra tipo de organização.

Onde quer que a mudança precisa de ocorrer o *advocacy* tem um papel a desempenhar, isto é, se os jovens clamam por mais verbas para desenvolver um projeto, por novos programas para enfrentar o desemprego juvenil, por leis para tornar a educação acessível ou maior atenção a um programa de saúde, ambiente e qualidade de vida.

As organizações de juventude e os conselhos nacionais de juventude estão numa posição de primazia para poderem influenciar atitudes públicas e políticas, uma vez que os jovens que compõem estas associações são reconhecidos pela comunidade e pelos seus pares.

O Conselho Nacional de Juventude, a Federação Nacional de Associações Juvenis e as organizações de juventude que não estão representadas nestes órgãos, são estruturas muito importantes na sociedade portuguesa. São também estas entidades que colocam as questões da juventude na agenda pública.

No entanto há alguns temas que são mais centrados na juventude, e as políticas que afetam os jovens são transversais e, portanto, há que ter uma abordagem holística. Hoje em dia são estes os temas que em termos de políticas de juventude mais afetam os jovens:

- Taxas de Desemprego;

- Pobreza;
- Educação;
- Saúde;
- Participação Juvenil;
- Drogas e Abuso de Álcool;
- Famílias monoparentais.<sup>14</sup>

As organizações de juventude têm um papel fundamental a desempenhar para que as questões dos jovens sejam debatidas na agenda política dos decisores nacionais. Estas têm também a possibilidade de despertar a consciência acerca das problemáticas juvenis, levando ao apelo à ação entre os decisores e tem que reivindicar uma posição no cenário de discussão.

### **4.3 A atual estratégia governativa para a Juventude**

As mudanças sociais abordadas e a mutação do conceito de juventude nem sempre são compatíveis com as políticas de juventude, uma vez que exigem sempre que as novas políticas de juventude se adaptem à nova realidade como o objetivo estratégico da emancipação dos jovens.

O atual governo foi eleito a 5 de Junho de 2011 e no XIX programa de governo o desporto e a juventude foram delineados estrategicamente juntos. Mas ao nível da juventude foram consagrados os seguintes objetivos estratégicos:

*1. Criar condições para melhorar o nível de saúde e bem-estar com iniciativas específicas para a Juventude em sectores como a prevenção e atuação nas situações de combate às drogas e ao álcool e na proteção sexual;*

*2. Promover, junto dos professores e restantes profissionais do ensino, competências para aumentar as suas capacidades no diagnóstico e apoio a situações de saúde e bem-estar dos jovens;*

*3. Reforçar as medidas específicas para o combate ao desemprego dos mais jovens, estimulando o empreendedorismo económico e social;*

*4. Estabelecer um enquadramento legal claro face a comportamentos que colocam em perigo a segurança dos outros, quer a título preventivo, quer envolvendo entidades, autoridades e instituições locais e da sociedade civil através de ações efetivas de resposta a comportamentos antissociais e ilegais;*

*5. Motivar os jovens - monitorizando e apoiando projetos de associações juvenis ou pelo incremento de projetos públicos locais como o “Turismo Juvenil” - para participarem de forma ativa nas suas comunidades e na cidadania.<sup>15</sup>*

---

<sup>14</sup> Informação retirada do “Handbook on Advocacy for National Youth Councils”, 2014, Conselho Nacional de Juventude, [http://intranet.youthforum.org/sites/default/files/Handbook\\_Advocacy.pdf](http://intranet.youthforum.org/sites/default/files/Handbook_Advocacy.pdf)

## • INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE E DO DESPORTO

Para falarmos em estratégia governativa para a Juventude temos de referenciar o IPDJ, este é o instituto público que tutela a juventude e o desporto, este tem como missão a realização de uma política integrada e distribuída entre estas duas áreas. Sendo que, a colaboração com atores públicos e privados é a sinergia base, nomeadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais.

No que ao associativismo juvenil concerne, o IPDJ visa apoiar o associativismo, o voluntariado, a promoção da cidadania, à ocupação de tempos livres, a educação não formal, a informação e a mobilidade geográfica dos jovens em Portugal e no estrangeiro. <sup>16</sup>

Nos próximos dois pontos irei descrever duas ações marcantes que levaram a cabo o envolvimento do IPDJ, o Livro Branco da Juventude e o Plataforma Garantia Jovem, que pode ser o exemplo de *advocacy* numa primeira linha de análise.

## • LIVRO BRANCO DA JUVENTUDE

Foi a 17 de Maio de 2012 que foi apresentado o livro Branco da Juventude, pelo IPDJ e construído em parceria com o Conselho Nacional de Juventude.

Para a construção destas recomendações/conclusões foram feitos cinco seminários regionais, em Lisboa, Porto, Guarda, Faro e Portalegre. No conjunto destes 5 seminários discutiram-se 16 temas (16 Workshops), com relevância ao nível de problemática juvenil, tiveram a participação de 600 jovens e 15 oradores especializados nos temas tratados.

Deixo aqui os temas tratados:

- Habitação;
- Emancipação Jovem;
- Habitação;
- Associativismo;
- Participação Cívica;
- Jovens portugueses no Mundo;
- Saúde;
- Prevenção Rodoviária;
- Ambiente;
- Mobilidade;
- Empreendedorismo;
- Educação e Formação;

---

<sup>15</sup> Retirado do “Programa do XIX Governo Constitucional”, pág.102-103

<sup>16</sup> <http://www.ipdj.pt/missao.html>

- Inclusão Social;
- Voluntariado;
- Saúde, prevenção dos comportamentos de risco (combate à obesidade, álcool e toxicodependência);
- Combate à desigualdade de oportunidades.

Ainda cerca de 200 jovens deixaram o seu contributo através da plataforma *online*.

No fundo este Livro Branco da Juventude visou a recolha de contributos para a produção de um testemunho a nível nacional que definisse uma estratégia global e um plano detalhado para a área da Juventude, similar aos Livros Brancos da Comissão Europeia, e feito através da auscultação aos jovens.

Todo este processo também foi divulgado por entre as organizações membro do CNJ e também teve uma forte presença nas redes sociais.<sup>17</sup>

#### • PLATAFORMA GARANTIA JOVEM

Este programa teve o seu início a 28 de Janeiro de 2014, no qual tomaram parte os parceiros estratégicos, nomeadamente os parceiros sociais e da economia social. Esta surge como uma medida de combate à elevada taxa de desemprego jovem, atualmente cifrada em 35,4% da população ativa entre os 15 e os 24 anos.<sup>18</sup>

Foi concebido para jovens até aos 30 anos, desempregados, que não estudem, não estejam nem em formação ou em estágio.

Este programa veio integrar outro concebido inicialmente também por este Governo, o *Impulso Jovem*, no entanto a diferença reside que a *Garantia Jovem* é um compromisso que, progressivamente, e com uma previsão que dentro de 4 meses o jovem após sair do sistema de ensino ou do mercado de trabalho consigam uma oferta ou de emprego, ou de continuação dos estudos, ou de formação profissional ou de estágio.

Este programa não pode ser encarado como uma garantia de emprego mas antes como uma oportunidade para os jovens aumentarem a sua qualificação e estarem contato com o mercado de trabalho, pode assim ser entendido como uma medida de combate ao desemprego.

Essencialmente são três os objetivos deste programa: aumentar as qualificações dos jovens; promover a transição para o mercado de trabalho e reduzir o desemprego jovem.

Os jovens que estejam nas condições acima descrita podem inscrever-se *online* (<http://www.garantiajovem.pt/comeca-ja>).

---

<sup>17</sup> <http://microsites.juventude.gov.pt/Portal/LBJ>

<sup>18</sup> <http://www.publico.pt/economia/noticia/portugal-e-o-terceiro-pais-da-ocde-com-mais-desemprego-entre-os-jovens-1635884>

Neste projeto estão ainda envolvidas as seguintes entidades, com competências nas áreas da educação, formação, emprego, segurança social e juventude, que são considerados parceiros fulcrais: Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.; Instituto da Segurança Social, IP; Direção-Geral da Educação; Direção-Geral do Ensino Superior; Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP; Instituto Português do Desporto e Juventude, IP; INA – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas; Direção-Geral de Política Externa; AICEP PORTUGAL GLOBAL, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE; Direção-Geral das Autarquias Locais; CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

## **5. OBJETO DE ESTUDO E METODOLOGIA**

Esta secção será dedicada à explanação dos objetivos propostos inicialmente. Pretendo, também, explicitar a metodologia que foi seguida no âmbito da investigação empírica. Nesta exposição vão ser mencionados itens como os participantes envolvidos no estudo e os principais aspetos que caracterizam o instrumento de medida escolhido para se proceder à recolha de dados. Haverá também referências ao procedimento adotado para recolher os dados, e à forma como estes foram tratados e interpretados.

### **5.1 Delimitação do objeto de pesquisa**

Atendendo o momento de crise social e de valores que atravessamos hoje em dia, aliada às elevadas taxas de desemprego juvenil<sup>19</sup>, a uma tardia emancipação juvenil e consequente falta de participação e envolvimento cívico, decidi analisar se dentro deste contexto o papel das associações de juventude em termos de *advocacy* político para a delimitação do agendamento das políticas de juventude funciona. Assumindo aqui a centralidade que o *advocacy* tem no âmbito desta dissertação.

Uma vez que *“a escolha do problema deve ser feita de acordo com o interesse pessoal do investigador, tendo de ser um tópico com significação, ou seja, tem de ser algo de inovador, tem de ter um sentido de oportunidade e um valor académico e prático. Esta escolha também deve ser feita de acordo com as capacidades do investigador (background, formação, recursos físicos e financeiros, e tempo disponível) e com acessibilidade dos dados”*. (Sousa e Baptista, 2011)

De início, surgiram questões demasiado evidentes e que não tinham como não constar de um estudo que envolvesse jovens, associativismo e participação cívica. Tais questões:

1. Quem são os jovens de hoje em dia?

---

<sup>19</sup> [http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content\\_id=3789686](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=3789686)

2. Qual a influência do associativismo juvenil na construção das políticas de juventude?
3. Qual o impacto das novas dinâmicas de participação na agenda política no domínio da juventude?

*“Praticamente toda a investigação procura encontrar uma resposta ou solução para um determinado problema.”* (Moreira, 1994)

Dado o conhecimento do tecido social associativo e até do próprio envolvimento pessoal em Associações Juvenis e para dar corpo a parte prática desta dissertação decidi fazer algumas entrevistas a alguns atores que desempenham um papel importante no panorama nacional do associativismo juvenil.

Isto porque *“as fontes para definição do problema deverão ser do interesse e da experiência do investigador, a vontade de testar a aplicação de uma teoria a um problema real e a reaplicação de estudo também são pontos importantes para a definição do problema (...) Num estudo qualitativo”*, como este, *“o problema poderá surgir através da revisão de literatura ou através da experiência ou vivências do investigador”*. (Sousa e Baptista, 2011)

Para a escolha dos atores a serem entrevistados, segui a lógica de intervenientes de topo, isto é, liderança das Associações em causa, nomeadamente dois presidentes do Conselho Nacional de Juventude, a atual e o antecessor, o presidente da Rede Ex Aequo, uma líder/voluntária do movimento Academia Cidadã.

Inicialmente também foi considerada a hipótese de se fazer consultas/inquéritos aos associados de base, mas este tipo de análise seria moroso e envolveria outro tipo de meios e acabar-se-ia por apenas ter uma perspetiva quantitativa e este método seria importante para a condução de estudos diretamente ligados às perceções dos jovens e não tanto com a capacidade de *advocacy* das associações de juventude, temática central desta dissertação. Neste contexto, a opção, recaiu sobre a classe dirigente e com especial enfoque no Conselho Nacional de Juventude, porque é a plataforma nacional de associações juvenis.

*“A entrevista é um método de recolha de informações que consiste em conversa orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas cuidadosamente selecionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações.”* (Sousa e Baptista, 2011)

As perguntas efetuadas foram feitas de forma estruturada e com questões abertas e fechadas e com base nos seguintes objetivos:

1. Analisar/Classificar quem são os jovens hoje em dia;
2. Analisar de que forma pode o associativismo juvenil influenciar as políticas de juventude;
3. Expor qual o Estado da Arte das políticas de juventude em agenda, dissecando os temas em voga e quem coloca esses temas nessa mesma agenda;

#### 4. Ligação da juventude com os novos espaços de participação, qual a contribuição dos mesmos para a construção das políticas de juventude

A revisão de literatura levada a efeito na primeira parte desta dissertação permitiu identificar situações em que o papel dos jovens enquanto movimento associativo por vezes nem sempre tem o alcance desejado junto da classe dirigente, e atendendo ao contexto atual não se chega à consequência/resultado esperado. Tal acontece porque os próprios *media* comentam e hierarquizam as mensagens elaboradas pelo poder político. O que leva a que os jovens queiram vigiar a ação dos políticos e a contribuir para a discussão dos temas do seu interesse, de acordo com o que são as suas preocupações e também com o que ouvem e leem nos *media*.

A progressiva organização em rede da sociedade faz com que, no entanto, a possibilidade dos políticos instituírem uma comunicação direta com os jovens, e menos jovens, mediante a utilização de redes sociais seja cada vez mais válida. A classe dirigente tem feito uso dessa possibilidade através da difusão da sua comunicação política pelo *Facebook*. Esta rede social tem sido um instrumento de grande importância para os cidadãos mais jovens construir comunidades cívicas e políticas que colocam em evidência determinados problemas políticos, económicos e sociais das sociedades em que estes se encontram integrados.

Ficando assim latente a hipótese de se confirmar se estes novos espaços/novas dinâmicas de participação contribuem para o desenvolvimento de boas práticas, bem como confirmar se as atuais políticas de juventude são um fracasso no que à resolução dos problemas da juventude concerne.

Por fim, há também que ter presente nesta dissertação a tentativa de demonstrar que a juventude está a mudar, assim como a sua emancipação e confirmar se a agenda política no campo da juventude sofre influência da dinâmica associativa.

### **5.2. Contextualização da pesquisa empírica**

No ponto que se segue, gostaria de começar por clarificar aqui um dos conceitos-chave deste trabalho, que é o de associação, em Max Weber (1983), define como “*um agrupamento, uma relação social, onde determinado indivíduo assegura a manutenção da ordem, enquanto dirigente ou direção administrativa com legitimidade para executar tal prerrogativa*”. O que sob esta perspetiva dá uma ideia de uma relação social com regulamentação limitadora para o exterior quando a subsistência da sua ordem está garantida pela conduta de determinadas pessoas especialmente destinadas à conquista deste objetivo. Ainda assim, Weber não descarta o aspeto central que distingue a associação dos outros grupos no que à questão da natureza voluntária diz respeito. Já Meister (1972) também diz que “*associação como todo o agrupamento de indivíduos que se juntam voluntariamente para partilharem as suas experiências, conhecimentos ou atividades, estabelecendo para tal procedimentos e regras que*

*viabilizam a comunhão de benefícios em causa e a defesa dos interesses a si imanentes*”. Um dos pontos interessantes da lógica de raciocínio deste autor está no fato dele entender que a existência da compreensão mútua e aberta entre os associados e uma ideologia deliberativa de cariz horizontal, ou seja, da partilha de uma visão plural e conciliada sobre os objetivos, critérios e métodos que devem orientar a concretização dos seus principais estímulos.

No que à categoria dos jovens diz respeito, Pais (1993), indica que o conceito de juventude, cujo valor sociológico está visão eclética por ele adotada, considerando ao mesmo tempo os argumentos da leitura geracional (focada no sentido da fase de vida em evidencia, a continuidade ou não dos valores interrelacionais) e classista (que retrata a reprodução social em termos de classes sociais, realçando a questão das desigualdades sociais). Perante isto, para este autor *“a juventude como categoria socialmente construída no contexto específico de circunstâncias económicas, sociais ou políticas, cuja modificação vai se operando no tempo”*. Desta forma, o autor distancia-se de uma abordagem meramente essencialista dos jovens que os relaciona de forma redutora com os seus atributos biológicos decorrentes de uma fase típica da vida, considerando todas as dimensões da *condição existencial e vivências às quais estão sujeitos*.

Adicionado aqui a questão da participação associativa, Rego (2007) fala numa abordagem híbrida, traduzindo-a como *“um misto de empenhamento, compromisso e mobilização, referindo-se antes de mais aos indivíduos”*. Operacionalmente a participação associativa tem por base a premissa básica de que o sujeito ou jovem tem uma ligação de membro, ou apenas, de voluntário com alguma organização social, especificamente com as associações juvenis. Para além desse vínculo de membro/associado, interessa nesta dissertação focar os aspetos da participação política, e da capacidade política dos líderes colocarem os temas que dizem respeito aos problemas que os jovens enfrentam hoje em dia na agenda política exercendo o *advocacy*.

O associativismo juvenil é o espelho das reivindicações dominantes, os processos de regulação social que podem estar adjacentes ao Estado, ao mercado ou à comunidade, isto é, organizados nas formas presentes ou decorrentes de regulação da modernidade. Dada a sua variedade, que pode ser apurada na sua origem e na sua dinâmica, este sector articula uma heterogeneidade de organizações sem fins lucrativos, incluindo desde as associações comunitárias, microlocais de entreajuda, até organizações articuladas em redes globais atuantes no plano dos direitos humanos, na defesa do meio ambiente, na cooperação para o desenvolvimento, entre outras.

As associações juvenis privilegiam, ponderadamente, cenários da esfera pública não estatal para elevarem os seus objetivos e atividades. Estas sublinham valores como a solidariedade, a

ética, a democratização da política, a defesa dos direitos humanos e a instituição de condições que ponham em causa bem-estar social, como o ambiente e o desenvolvimento sustentável.

As associações juvenis representam polos importantes de educação não formal, fornecendo equipamentos, saberes, conhecimentos que, de outra forma, os jovens não teriam à sua disposição. As associações são um espaço de educação não formal em que se reflete em conjunto e onde se a fazer.

As associações ao desenvolverem um processo contínuo de renovação dos princípios mais essenciais de democracia, constituem-se como verdadeiros campos para o exercício da cidadania, de realização, de socialização e, acima de tudo, de restauração da sociedade civil.

O associativismo jovem tem vindo a adquirir um papel preponderante nas sociedades atuais, nas quais as associações juvenis participam na constituição das leis e políticas sobre os problemas que mais afetam a Juventude, como por exemplo: o trabalho precário e o desemprego jovem, a independência económica, a emancipação, a cultura, a saúde, a sexualidade, entre outros. Tal facto não é alheio ao crescimento sustentável de um terceiro sector, face a um Estado Providência cada vez mais em declínio, em que as estruturas que tinham sido criadas em primeiro lugar para ajudar os grupos e faixas etárias mais marginalizados pelo poder político e económico, se encontram desfasadas da realidade atual. É nesta linha que o associativismo juvenil se assume como um meio de integração na sociedade, capacitando os indivíduos para formas de participação na sociedade que antes não estavam ao seu alcance. A dinâmica associativa traduz esta vontade de participação dos cidadãos em torno de interesses e causas comuns.

### **5.3. Metodologia e procedimentos de operacionalização da pesquisa**

Neste ponto vou tentar explicar e reforçar os objetivos traçados para este trabalho. Pretende-se, contudo, dar corpo à metodologia que foi seguida no âmbito desta investigação empírica. Aqui serão abordados temas como os participantes que prestaram as declarações para levar a efeito esta dissertação, os principais aspetos que qualificam o instrumento de medida escolhido para a recolha de dados, e haverá, ainda, a referência ao procedimento escolhido para recolher os dados, e à forma como estes foram compreendidos.

A metodologia utilizada para esta dissertação tem um cariz essencialmente qualitativo e compreendeu a recolha de dados através de entrevistas semiestruturadas com personalidades que têm relevância no âmbito do associativismo juvenil nacional. A opção por estes intervenientes é resultado do conhecimento do associativismo na primeira pessoa, onde me proponho a analisar os de 2012 a 2014. Esta delimitação corresponde também a um crescendo do ingresso do tema das políticas de juventude na agenda governamental de acordo com o momento de instabilidade social em que vivemos. O levantamento da bibliografia possibilitou obter

um quadro geral do contexto da época e também dos principais atores e espaços onde são debatidas propostas de políticas para a juventude.

O objetivo primordial desta investigação empírica foi aprofundar o conhecimento sobre os processos de participação associativa, com especial incidência sobre o *advocay* juvenil e capacidade de por os temas da juventude na agenda política. Assim, o guião de entrevista utilizado abrangeu várias temáticas nomeadamente: o entendimento do conceito de juventude, as expectativas dos jovens, as questões ligadas aos jovens e as políticas de juventude, as motivações para a participação e forma como os novos *media* podem potenciar o agendamento das problemáticas associadas aos jovens.

Na construção da entrevista, elaborei vinte questões, das quais quatro eram questões fechadas, por forma a conseguir conduzir a entrevista para os resultados concretos e também para que o entrevistado não caísse na tentação de divagar, tornando, assim, a entrevista uniforme para a legitimação da generalização, se bem que neste caso a meta eram os dados qualitativos. As restantes eram abertas que pudessem ser ouvidas a diversidade de opiniões.

Procedeu-se, então, a uma análise do conteúdo dos resultados, através de um processo que permitiu “tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade”, sendo possível, com ele, “satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis” (Campenhoudt e Quivy, 2005). Sob este prisma, e de acordo com a lógica presente na citação anterior, foi feita uma análise por tema das respostas dos entrevistados.

Optei por um estudo qualitativo porque se “trata de investigar ideias, de descobrir significados nas ações individuais e nas interações sociais a partir da perspectiva dos atores intervenientes no processo”. (Coutinho, 2011) Desta feita, a metodologia qualitativa proporcionou o necessário e aceitável contacto com alguma da classe dirigente do universo associativo juvenil português, por forma a captar e aprofundar os argumentos que os levaram aceitar o cargo de liderança e qual a interligação com as políticas de juventude emanadas da classe política dirigente, bem como a capacidade de colocar temas importantes na agenda política.

Sendo assim, a metodologia qualitativa é de acordo com Flick (2005), muito importante e bastante adequada para esta investigação, uma vez que a sua adoção faz com que seja dada a devida análise e reconhecimento da visão dos entrevistados, a minha própria reflexão sobre o estudo em causa e a disponibilidade de uma variedade de métodos de análise. Desta feita, a abordagem metodológica propriamente dita referente à parte da observação englobou etapas de operacionalização que passo a explicar: numa primeira fase dedicada ao estudo exploratório da investigação, que tinha como objetivo primordial aprofundar conhecimentos sobre o tema em questão, para além dos que já tinha, fruto da experiência associativa, executando assim a tarefa

da análise bibliográfica e documental traduzida nos capítulos anteriores; numa segunda instância procedi à recolha dos dados através das entrevistas, que vão permitir no capítulo que se segue fazer a ligação teórico-prática com a primeira parte desta dissertação. As entrevistas têm a capacidade de fazerem com que o investigador possa apreender “*in loco*” o espaço em que o entrevistado se insere, obtendo a informação mais pormenorizada e fiel a seu respeito. No entanto há que ter sempre presente que entrevistados com grande capacidade de argumentação e oratória poderão facilmente conduzir a entrevista a seu belo prazer e enviesar desta forma os resultados pretendidos. Sendo que o estudo e objeto em causa é propício à atração do poder político. Ainda havendo aqui uma dupla vigilância da minha parte devido à experiência pessoal em termos de associativismo.

Creio que a escolha pelo método da entrevista foi a opção metodológica mais acertada uma vez que foi a única que, na minha ótica, deu para concretizar o aprofundamento da perceção do sentido que os próprios jovens líderes atribuem às suas práticas de *advocacy* juvenil. Para este efeito, foram entrevistados 4 jovens líderes, a tónica aqui foi posta no Conselho Nacional de Juventude, uma vez que esta instituição é o representante das Associações Juvenis de cariz Nacional, porque este estudo está direcionado para verificar o que o *advocay* consegue fazer para colocar as temáticas da juventude na agenda política. Há uma consciência de que o associativismo de base local tem também uma grande capacidade de influenciar os espaços onde se integra, no entanto o seu domínio é o local e não o nacional. Considerei ainda que era importante ter presente um jovem líder que representasse a comunidade LGBT, o presidente da Rede Ex Aequo, uma vez que esta associação juvenil tem como objetivo promover a igualdade de direitos e eliminar os preconceitos sociais nas camadas jovens. Escolhi, também, uma jovem líder pertencente a um movimento associativo livre, a Academia Cidadã, nascido no seio das manifestações de descontentamento social já referenciadas na parte teórica do presente trabalho.

Em suma, esta investigação “*centra-se na compreensão dos problemas, analisando comportamentos, as atitudes ou os valores. Não existe uma preocupação com a dimensão da amostra nem com a generalização de resultados, e não se coloca o problema da validade e da fiabilidade dos instrumentos, como acontece com a investigação quantitativa.*” (Sousa e Baptista, 2011)

## **6. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **6.1 As Entrevistas**

#### ***Enquadramento***

As associações são vistas como espaço que beneficia a afirmação da sociedade civil e potenciam a cidadania democrática. Para isto contribuí hipoteticamente o fato da participação associativa afetar atitudes, capacitar comportamentos dos sujeitos de uma forma que se diz benéfica no

espectro democrático. Assim, a vida associativa engloba um conjunto de virtudes cívicas nos seus membros, nomeadamente disposição favorável ao comportamento cooperativo, o respeito pelo próximo, a tolerância, o cumprimento da lei e o envolvimento ativo na vida pública.

A instituição governamental que dá apoio ao movimento associativo juvenil é o Instituto Português da Juventude, e também este instituto que reconhece as várias associações juvenis apresentado as seguintes tipologias: Associações juvenis sem personalidade jurídica; Federações de associações juvenis sem personalidade jurídica; Organizações partidárias ou sindicais; Organizações reconhecidas pela WAGGGS e pela WOSM; Associações sem fins lucrativos, de reconhecido mérito e importância social.<sup>20</sup> Há ainda que referir que a lei que rege o associativismo juvenil é a Lei n.º 23/2006, de 23 de Junho - Estabelece o regime jurídico do associativismo jovem.<sup>21</sup>

Importa, aqui, começar por dar uma perspetiva das instituições que estes jovens líderes representam.

- ***Conselho Nacional de Juventude***

O Conselho Nacional de Juventude (CNJ), foi criado em 1985, tem *estatuto jurídico aprovado pela Assembleia da República, através da Lei 1/2006, é a Plataforma representativa das organizações de juventude de âmbito nacional, abrangendo as mais diversas expressões do associativismo juvenil (culturais, ambientais, escutistas, partidárias, estudantis, sindicalistas e confessionais).*

Um dos objetivos do CNJ é trabalhar em função dos *interesses de todos os jovens portugueses, sendo reconhecido pelo Estado enquanto parceiro em matéria de políticas e juventude.*<sup>22</sup>

Desta instituição foram entrevistados, atual presidente Joana Lopes (2014-2016), de 30 anos e o ex-presidente Ivo Costa Santos (2012-2014), de 30 anos.

- ***Rede Ex Aequo***

A Rede Ex Aequo nasceu como associação a 5 de abril de 2003, foi legalizada a 15 de setembro do mesmo ano e com os seus estatutos mais recentes publicados na Série III do Diário da República a 25 de maio de 2004. As atividades começaram informalmente em janeiro de 2002. Esta associação tem cariz de âmbito nacional e destina-se a jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e simpatizantes entre os 16 e os 30 anos.

O seu objetivo principal é *trabalhar no apoio à juventude lésbica, gay, bissexual ou transgénera e na informação social relativamente às questões da orientação sexual e identidade de género.*<sup>23</sup>

---

<sup>20</sup> [https://juventude.gov.pt/Associativismo/ConstitReconhecAssociacoes/ReconhecerAssociacao/Paginas/Reconhecimento\\_de\\_Associacoes.aspx](https://juventude.gov.pt/Associativismo/ConstitReconhecAssociacoes/ReconhecerAssociacao/Paginas/Reconhecimento_de_Associacoes.aspx)

<sup>21</sup> <https://juventude.gov.pt/Associativismo/ConstitReconhecAssociacoes/ReconhecerAssociacao/Documents/Lei%2023%202006.pdf>

<sup>22</sup> <http://www.cnj.pt/site/index.php/template/lorem-ipsum/template-articles.html>

Da Rede entrevistei o seu atual presidente Gustavo Briz, de 26 anos.

- ***Academia Cidadã***

Esta instituição é aquela que acrescenta outro tipo de variáveis a este estudo, uma vez que é um movimento que foi promovido pelas pessoas que organizaram o *Protesto da Geração à Rasca, realizado a 12 de Março de 2011*, iniciativa que deu a conhecer uma nova forma de participação de cidadania, ao ser convocado nas redes sociais e sem quaisquer apoios partidários nem sindicais.

A Academia Cidadã tem como projeto principal *impulsionar a cidadania ativa e a construção de raízes de desenvolvimento com princípios de sustentabilidade social, económica e ambiental*. Um dos objetivos que está na sua génese é *capacitação de pessoas e organizações no exercício do aprofundamento da democracia*.<sup>24</sup>

Esta instituição tem uma estrutura organizativa diferente das demais, entrevistei a Joana Dias, de 36 anos, que se apresentou como voluntária.

- **Análise das Entrevistas**

A conversa desenvolvida com os entrevistados foi conduzida no sentido de apreender características fundamentais que ajudaram a entender os contornos motivacionais do seu empenhamento associativo.

Dos quatro entrevistados há um generalizado contacto com o associativismo juvenil desde muito cedo. Ivo Santos refere que entrou no CNJ como “*Assessor de Direção, com funções de coordenação de todo o secretariado técnico, secretaria-geral e conselheiro da direção, e quando o presidente em funções assim como a restante direção decidiu não se recandidatar, apresentei a minha candidatura a Presidente e fui eleito*”. Já Joana Lopes começa por dizer que está no atual cargo há seis meses “*mas a PAR – Respostas Sociais já está no CNJ há alguns anos*” (...) e a sua entrada na PAR – Respostas Sociais, foi feita através de amigos, depois interessou-se pelo projeto e tornou-se associada. O Gustavo Briz está na sua organização acerca de 3 anos e conheceu associação porque realizou um “*projeto sobre educação LGBT, que consistia em dinamizar sessões nas escolas sobre orientação sexual e identidade de género*.” Tinha conhecimento da associação há mais tempo porque estava inscrito num fórum *online*, onde ia recebendo informação e decidiu inscrever para o referido projeto como orador. Por seu turno Joana Dias está na Academia Cidadã desde Dezembro de 2012, entrou nesta iniciativa porque foi a uma reunião de novos participantes, e teve conhecimento da mesma através do *Facebook*, a motivação principal que a levou a juntar-se aforam os objetivos do projeto.

---

<sup>23</sup> <https://www.rea.pt/>

<sup>24</sup> <http://blog.academiacidadada.org/manifesto/>

Nesta primeira pergunta, é evidente em dois casos a importância dos *novos media* para inclusão dos entrevistados nas organizações.

Uma das questões que gerou mais hesitações mas ao mesmo tempo com respostas mais equiparadas foi a relacionada com o que é ser jovem nos dias de hoje, sendo a tónica posta na falta de emancipação financeira e dificuldade de acesso ao emprego. O Ivo Santos começa por dizer que *“ser jovem estará sempre associado a uma condição geracional, associada à idade e a contextos sociais e psicológicos, de saúde ou desenvolvimento psico-motor associados a essa mesma condição social.”* Diz ainda que *“o aumento da idade escolar para 18 anos, veio também trazer uma mudança na condição profissional de jovens comparada com anos atrás. Assim, a condição sócio-económica de uma fase geracional juventude, muito associada às questões do acesso ao emprego, são características da juventude dos dias de hoje, e nem sempre pelos melhores motivos. Ser jovem é ser expectativa: de condição pessoal, social, política e académica, é a capacidade de autonomizar decisões que nos direcionem para uma definição mais concreta do ser.”* Termina com *“o “Pré” qualquer condição de vida futura, e é isso que cada vez mais define o ser jovem.”*

Para Joana Lopes *“ser jovem hoje em dia é ter uma série de oportunidades diferentes daquelas que os nossos pais tiveram, (...) mas há uma grande dificuldade em definir o caminho, em perceber exatamente o que é que nos motiva e onde é que queremos chegar”*, indica ainda que os jovens têm uma série de coisas à disposição mas com a quantidade de informação e de oferta isso gera confusão.

Na perspetiva de Gustavo Briz, esta questão torna-se engraçada porque não sabe o que é ser jovem noutros tempos, *“mas hoje em dia é difícil, ter-mos emancipação, ter-mos objetivos de estabilidade que sejam minimamente concretizáveis, uma vez que estamos cada vez mais dependentes dos nossos agregados familiares, e sinto que somos uma geração de jovens que está muito no desenrasca”*.

Joana Dias, Academia Cidadã, de início ficou reticente com esta questão uma vez que a sua idade está fora do limite que é involuntariamente apercebido pela sociedade que são os 30 anos. Indica que se tivesse 25 anos teria imenso medo, uma vez que considera que há cada vez menos oportunidades para a maioria das pessoas e nomeadamente para os jovens, no que diz respeito à sua educação e ao emprego. Na sua ótica há cada vez mais limitações em termos de acesso.

No que as atuais políticas de juventude dizem respeito os quatro entrevistados apresentaram respostas bastante personalizadas. Uma vez que para Ivo Santos, estas procuram ir de encontro às necessidades dos tempos modernos. Diz que *“pela primeira vez o Governo aprovou, com relevância ao nível de uma resolução do conselho de ministros, o Livro Branco da Juventude, que identifica em cada área do Governo, de forma transversal, as políticas de juventude que estão a ser implementadas. Passos que se têm vindo a traduzir numa resposta estruturada aos*

*problemas dos jovens em vários domínios. Porém, a condição juvenil está em perfeita mutação, e muitas vezes, mesmo os representantes dos jovens não acompanham essas mudanças. As políticas são assim muitas vezes reativas face aos problemas identificados e não proactivas no sentido de antecipar os mesmos.”* Joana Lopes indica que *“os jovens atualmente nem compreendem muito bem o que são políticas de juventude sendo difícil que estas irem de encontro às expectativas. As políticas de juventude são transversais a várias áreas e nesse sentido o Estado e a Sociedade estão organizados para responderem aquelas que são as necessidades e as expectativas de qualquer pessoa. A globalidade dos jovens não compreende que existam organismos a trabalhar as políticas de Juventude.”* Na opinião do Gustavo, *“as políticas de juventude tentam atuar em vários parâmetros e em primeiro lugar há uma grande distância destas para a realidade dos jovens (...) havendo ainda que “considerar as questões dos moldes da participação em que as políticas de juventude não vão de encontro aos moldes em que os jovens se estão a mover, nomeadamente as redes sociais”.* Já a Joana Dias, diz que as atuais políticas de juventude são algo *“fachada”, “a questão do empreendedorismo e fazerem-se formações para arranjar trabalho são demagógicas e muita retórica, porque o problema não reside aqui.”* Mais uma vez alega que há falta de oportunidades, e apesar de haver uma promoção de combate ao desemprego jovem através dos estágios profissionais indica que estes *“são uma porta giratória para o desemprego”.* Conclui que as políticas são pouco eficazes e estes acabam por beneficiar quem menos precisa.

Na questão colocada sobre o papel do associativismo na construção de políticas é unânime para todos os entrevistados, a importância do movimento associativo como agente de mudança, não sendo que seja sempre evidente que esse contributo se materialize em políticas de juventude. Se não atendesse ao seguinte, Ivo Santos diz que o associativismo *“enquanto resposta estruturada de participação jovem, e promoção da democracia é um agente de construção conjunta dessas políticas. Desde 1998, na conferência mundial de juventude, que se admite e reconhece que não se deve fazer política PARA os jovens, mas sim COM os jovens.”* Já para a Joana Lopes esta intervenção não é direta mas *“a grande maioria das associações juvenis não tem dimensão política e amassa crítica que lhes permita influenciar diretamente as políticas de juventude, daí a importância das plataformas que representam os jovens.”* Indica, ainda, que as organizações de juventude estão focadas em resolver problemas concretos da vida dos jovens não tendo a dimensão política e a influência direta nas políticas. Sendo aqui importante a dimensão política das plataformas de representação das associações juvenis. Para Gustavo, as associações têm um défice de representação muito grande, no entanto considera que o tecido associativo tem um papel fundamental nestas discussões mas ainda *“há um caminho muito longo para alcançar os jovens que não estão nas associações juvenis e representam a grande maioria.”* Joana Dias faz outro tipo de entendimento na abordagem a esta questão,

dizendo que a integração do associativismo juvenil nas políticas de juventude “*é um tanto ao quanto artificial*” uma vez que o próprio Estado e as suas instituições, exemplo da escola pública, fomentam o individualismo, não havendo espaço para possibilidade de uma construção cívica e participação organizada.

Relativamente ao *advocacy* juvenil também se revelaram quatro perspetivas bem diferentes por entre os quatro entrevistados. Ivo Santos diz que é “*difícil de avaliar o impacto, sem termos critérios de mensurabilidade*” do *advocacy* juvenil. “*Contudo, seja pelo número de indivíduos, seja pelas áreas de influência, sabemos que grande parte das dinâmicas juvenis, e a importância do envolvimento dos jovens em organizações ou atividades de juventude, tem uma consequência extremamente positiva nas chamadas competências transversais dos jovens, sendo por esse lado muito relevante a participação nestes processos. Por outro lado, a participação e a tomada de posição dos jovens sobre matérias que lhe dizem respeito, acabam por ter um impacto concreto nas políticas de juventude que são definidas.*” Como exemplo deste fala no Programa Garantia Jovem, no livro Branco da Juventude e diz que “*no capítulo da educação, nomeadamente no ensino superior por exemplo, medidas no âmbito da ação social escolar, ou gestão das instituições, ou ainda no movimento escutista, desportivo entre outros, só foram possíveis após uma intervenção do advocacy de muitas organizações de juventude.*”

Por seu turno, Joana Lopes indica que também não há indicadores definidos, não sendo mensurável o impacto do *advocay*, no entanto diz que é muito importante que se conseguisse encontrar forma de avaliar a influência do *advocay*. Avança como exemplo a rede de jovens LGBT, “*que tem um perfil mais ativista, uma causa muito concreta, também ela muito política, eles de facto conseguem definir agenda, conseguem advogar e influenciar no que toca às questões LGBT, mas não necessariamente só da juventude.*” Considera que deverá haver uma discriminação positiva da juventude mas as políticas devem ser pensadas para a sociedade no seu todo.

O Gustavo considerou que há vários de níveis de ação, o local, o nacional e o europeu em que se consegue ver a influência do *advocay*, avança com Livro Branco da Juventude e a Rede Ex Aequo também participou na sua construção, em que se conseguem ver os contributos diretos dos que nele participaram. Por outro lado, considera que há recomendações produzidas no seio do CNJ que não conseguem materializar-se em nenhuma ação política.

Já para a Joana Dias esta questão da medição do *advocay* não faz muito sentido, mas diz que este tem impacto e um exemplo disso é o trabalho desenvolvido pelas associações de estudantes universitárias, fala concretamente da liderança política que muitas vezes começa nestas associações.

No que há capacidade das associações juvenis influenciarem a agenda política as respostas não foram também nada consensuais. Ivo Santos diz que não só influenciam como “*são*

*determinantes na sua definição*”. Indica que os jovens estão presentes nos vários “*órgãos consultivos existentes, a participação em fóruns nacionais e internacionais, ou em grupos de trabalho, a tomada de posição pública e a relação com as várias instituições democráticas, nomeadamente os partidos políticos por exemplo*” são as formas privilegiadas de exercerem essa influência. Joana Lopes diz que isto depende dos temas uma vez que “*em Portugal a sociedade civil não tem grande poder de influenciar as políticas públicas e quando falamos nos jovens têm ainda menos*” salvo raras exceções. Os temas concretos têm sempre mais capacidade influenciar algo, na ótica da entrevistada. “*Há ainda um longo caminho na comunicação estratégica das organizações a percorrer nesta definição de agenda*”, sendo um projeto de longo prazo. O Gustavo considera que as associações conseguem influenciar a agenda política mas em matérias muito concretas, e diz que “*a comunicação social deve ser um parceiro*” para que se consiga colocar os temas no domínio público. Joana Dias perspetiva que aquilo que as associações trabalham raramente consegue influenciar a agenda política, mais facilmente se influenciam as pessoas do que os políticos para esta entrevistada.

Abordando o tema da comunicação com exterior Ivo Santos, indica que “*há várias, e cada vez mais e quanto mais criativas melhor*”. Contudo, fala nas grandes diferenças das formas de comunicar “*há mecanismos de comunicação para massas, como é exemplo as redes sociais, cartazes, rádio, tv, entre outros, e outro tipo de “fazer ouvir” mais institucional, que obriga a conhecer os mecanismos e linguagem da democracia, nomeadamente aqueles de carácter mais institucional.*”

A Joana Lopes diz que as associações têm de estar nas plataformas que os jovens utilizam, ainda que haja uma grande volatilidade por causa do elevado número de aplicações disponíveis. Há que haver uma forte presença e utilização “*das ferramentas que são de livre acesso e que são mais instantâneas.*” A informação difundida tem de ser rápida e curta “*o que embora poderá levantar outros problemas*”. No caso concreto do CNJ há produção de tomadas de posição em Assembleia Geral e estas são enviadas para os *media* tradicionais e difundidas nas redes sociais e site da instituição. Diz ainda que há várias formas de comunicarem a mensagem fazendo uma diferenciação quando querem chegar a determinado alvo, havendo uma abordagem diferente para cada um deles (jovens, *media*, parceiros, etc).

O Gustavo indica que ao nível da associação que representa o mote é dado nas redes sociais, através do *site* e das *mailing lists*. O facto de a Rede “*ter estado em reportagens na TV, tem sido importante para a difusão da mensagem.*” Sendo que as redes sociais são primordiais.

Por fim Joana Dias aborda a questão da comunicação de dentro para fora, isto indica que dentro da Academia Cidadã se “*comunica de igual para igual*” (...) “*não se discrimina ninguém, nem pela positiva, nem pela negativa*”. Há também uma predileção para comunicarem

com exterior através das redes sociais, sendo que estas ajudam bastante e a comunicação é feita de “*par para par*”.

- **Notas Finais**

Posso dizer que todos estes percursos associativos convergem em alguns princípios e objetivos que regem a vida em sociedade, no fundo todos eles apelam a preservação do bem comum e à participação ativa numa sociedade que atravessa esta crise que desencadeou vários problemas sociais e que estão a atingir sobretudo os jovens, nomeadamente o desemprego, a falta de oportunidades, o retrocesso na emancipação e degradação do sistema de ensino.

As personalidades entrevistadas são bastante diferentes e até o próprio entendimento das questões foi feito sob diferentes perspetivas.

Do ponto de vista pessoal há que reforçar aqui a questão da gestão da dupla visão, uma vez que não posso negar o passado de dirigente associativo e o assumir apenas o papel de investigadora, no entanto, o que me propus realizar tornou-se ainda mais desafiante.

Com estas entrevistas pretendia demonstrar a diversidade de opiniões dos dirigentes associativos e também verificar se estes reconheciam a capacidade do movimento associativo influenciar a construção da agenda política, que pelas repostas a espaços vai acontecendo. No entanto ficou ainda em perspetiva que há muito por fazer em termos de envolvimento cívico, porque também a avaliar pelas respostas dadas os jovens que não estão em contacto com a realidade associativa desconhecem as questões quer do agendamento das questões que lhe dizer respeito, quer o que significa *advocacy*. A unanimidade surge ao nível das questões da comunicação e divulgação da mensagem, onde as redes sociais e os novos *media* são motores de multiplicação e replicação de vontades e com forte capacidade de conseguirem mais seguidores.

## **7. REFLEXÃO FINAL**

Quando me propus a realizar este trabalho pretendia refletir sobre a capacidade de influência do associativismo juvenil em Portugal contextualizando o momento atual em que vivemos, e introduzindo a variante das redes sociais na forma de expandir a mensagem e colocar as questões dos jovens na rota das políticas de juventude.

Através das entrevistas que realizei os dados que consegui recolher permitem concluir que há um descontentamento com atual rumo que a sociedade portuguesa está a tomar, sobretudo, para o estrato mais jovem da população. Relativamente à abordagem e à capacidade de tomar uma ação, espaços como a Internet, destaque para as redes sociais, são vistos como plataformas de diálogo que disponibilizam informação sobre as associações, projetos e atividades, sendo fundamental para a capacidade mobilização em torno de uma causa.

Estes resultados devem ser apreendidos como exploratórios e introdutórios a um trabalho de investigação mais elaborado que possa, pois, avaliar o que se traduz em ação e se materializa ao nível da agenda política e consequente política de juventude.

Através das leituras e realizadas e da observação há ainda ao nível das associações juvenis em Portugal um associativismo de gestão de prestação de serviços. (Viegas, 1986)

Sendo que é generalizado os baixos níveis de participação, uma solução para incitar os jovens a envolverem-se nas questões da sociedade e que lhe dizem respeito, seria havendo um sistema de ensino que os capacitasse para isso. No entanto esse papel tem vindo a ser desempenhado pelas associações juvenis. A participação deve ser encarada como um processo contínuo e deverá abarcar todos os jovens e não só os que estão em movimentos ou associações juvenis.

Deve ainda otimizar-se o rendimento das associações, estas deverão especializar-se no que está na sua génese, o que deverá fazer com que assumam as suas próprias limitações, deverão estabelecer metas alcançáveis deixando de lado tudo o que é inatingível. Só com este enfoque é poderá haver uma voz coesa e capaz de levar efeito a tradução em políticas de juventude.

O associativismo juvenil contribui para a consolidação e dinamização do tecido social, e é um importante fator de transformação e inovação social. Assume-se como um local de experimentação de novas soluções. O associativismo juvenil é particularmente favorável ao exercício da democracia, constituindo por isso um importante fator para a prática plena da cidadania e definição da identidade local, e para a integração social e expressão cultural na esfera do sistema que vigora.

A democracia só pode existir com participação, havendo um compromisso de envolvimento do cidadão comum. Desta forma, o facto de as associações surgirem criadas pelas necessidades de grupos e comunidades que querem ter um maior envolvimento na sua própria vida individual e coletiva, pode potenciar, no seu interior, processos de socialização democrática, principalmente se analisarmos as dinâmicas que são geradas pelos processos de decisão que a vida associativa implica, tais como: as eleições, o empenhamento nos projetos e o direito de livre adesão.

Há um outro nível a ser considerado que trata do papel dos *novos media* e das tecnologias de comunicação e informação que são primordial para a divulgação das várias culturas juvenis. A constante e crescente utilização da Internet como forma de participação e divulgação de atividades tem sido alvo da investigação sociológica quer no espectro nacional, quer no internacional. A problemática tem sido exposta de uma forma que a relação tradicional entre poder, *media* e o seu público (modelo unidirecional e centralizado) é colocada em causa porque há práticas que se apoiam cada vez mais na descentralização e interatividade através de diferentes meios de comunicação. Aqui, tem-se contado com a contribuição dos próprios jovens,

através da produção de canais próprios e alternativos, onde vêm a assumir-se como protagonistas. Vários discursos, vozes e imagens emergem com sentidos diversos, muitos deles dissonantes, o que dá conta da própria heterogeneidade juventude.

Uma das principais conclusões dos estudos sobre o associativismo e a participação política da população juvenil é a de que os jovens estão cada vez mais afastados da política convencional, mas que nem por isso estão alheados da vida pública, pelo contrário eles são sobretudo atraídos por atividades de natureza cívica e social, como o associativismo. Esta evidência leva-me a crer que a participação social ou cívica poderá ser uma das formas mais promissoras de incrementar a cidadania dos jovens, nas atuais sociedades democráticas.

Não obstante de existirem algumas especificidades no que diz respeito à participação dos jovens na vida pública - os índices de participação social dos jovens são mais elevados do que os da restante população; os jovens tendem a ser menos céticos do que os mais velhos em relação à eficácia de todas as formas de participação política, convencionais ou não; encontram-se menos expostos à informação política pelos meios de comunicação convencional do que o resto da população e participam essencialmente em atividades mais individualizadas do que as que são mediadas pelas organizações da sociedade civil (ex. os partidos políticos ou sindicatos). (Lisi, 2011)

Das entrevistas efetuadas é evidente que mais facilmente as causas concretas que algumas associações adotam, conseguem influenciar a agenda política, naquele determinado assunto, até porque a congregação de esforços é muito mais estratégica. Há ainda que saber comunicar para chegar a um maior número de jovens, no entanto, é generalizado o incremento que as redes sociais têm dado na ajuda da difusão da mensagem, exemplo concreto é o nascimento da Academia Cidadã que teve a sua génese no protesto de 12 de Março de 2011, protesto convocado através de redes sociais.

Ao nível das políticas de juventude, estas têm ainda, um grande desfasamento do que é realidade dos jovens, acima de tudo porque os políticos terão de fazer um esforço de aproximação aos jovens. Há saber falar a linguagem dos jovens, não só os que estão em associações juvenis, mas sim de todos eles.

De dizer ainda que os entrevistados também concordam com o fato de alguns problemas serem transversais a toda a população, surgindo, aqui, a questão se faz sentido ou não haver um conjunto de políticas direcionadas apenas para a juventude, em detrimento do todo (a população no seu conjunto).

Na minha opinião e fazendo aqui uma conclusão final há que dizer que o *advocay* juvenil está presente em algumas medidas tomadas pelo atual governo, dado o trabalho do CNJ desenvolvido nessa área, nomeadamente no já mencionado Livro Branco da Juventude. Mas há que haver uma maior participação, maior mobilização e intervenção dos jovens e não dos que

estão em associações juvenis. Se queremos mudar algo e lutar por condições de vida melhor não podemos ficar parados à espera que outros decidam por nós. É difícil mas será possível, caso haja uma consciencialização do que está em causa e conseqüente materialização da ação.

## **BIBLIOGRAFIA**

Abramo, Helena (1994), *Cenas juvenis; Punks e Darks no espetáculo urbano*, São Paulo, Escrita.

Albuquerque, Martim de (1998), *Enciclopédia Verbo Luso – Brasileira da Cultura*, Edição Século XXI, Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo.

Almond, Gabriel, Sidney Verba (1963), *The Civic Culture. Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Boston, Little, Brown & Co.

Alves, Nuno de Almeida, Frederico Cantante, Inês Baptista, Renato Miguel do Carmo (2011), *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, Quotidiano e Futuro*, Lisboa, Mundos Sociais.

Azevedo, Maria Amélia (2003), “Advocacy em Rede”, *LACRI/IPUSP*.

Baumgarten, Britta (2013), "Geração à Rasca and Beyond. Mobilizations in Portugal after 12 March 2011", *Current Sociology*, 61(4), pp. 457-473

Bobbio, Norberto (2007), *Estado, Governo e Sociedade, Para uma Teoria Geral da Política*, São Paulo, Editora Paz e Terra.

Bourdieu, P. (1980), “Le capital social: notes provisoires”, *Actes Rech. Sci. Soc.*, 31, pgs. 2-3.

Cardoso, Gustavo, Rita Espanha (coord.), Maria João Taborda (inv.) (2010), “A utilização da Internet em Portugal 2010”, Lisboa: *LINI/UMIC*. Disponível em: [http://www.unic.pt/images/stories/noticias/Relatorio\\_LINI\\_UMIC\\_InternetPT.pdf](http://www.unic.pt/images/stories/noticias/Relatorio_LINI_UMIC_InternetPT.pdf).

Castells, Manuel (2012), *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age*, Cambridge, Polity Press.

Catani, Afranio. Mendes, Renato Gilioli (2008), *Culturas juvenis: múltiplos olhares*, São Paulo, SP: UNESP.

Claves, E. (1994), *Gestión Participativa de las Asociaciones*, Editorial Popular.

Coutinho, Clara Pereira (2011), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, Coimbra, Almedina.

Delgado, J. (2006), “Animação Sociocultural e o Acolhimento Familiar: uma relação por construir”, In: M. Lopes, e A. Peres, *Animação, Cidadania e Participação, APAP*, pp. 196-198.

Durkheim, Émile (ed. 2014), *Educação e sociologia*, Edições 70.

Ferreira, Vitor Sérgio, Ana Matos Fernandes, Jorge Vieira, Pedro Puga, Susana Barrisco (2006), *A condição juvenil portuguesa na viragem do milénio: Um retrato longitudinal através de fontes estatísticas oficiais: 1990-2005*, IPJ.

Flick, Uwe (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa, Monitor.

- Garcia, L. e Terron J, (1997), “ Análisis de la comunicación en las asociaciones juveniles” In: R. López, e J. Dávila, (Coord.), *Guia de comunicación para asociaciones juveniles*, Madrid: Editorial Popular, pp. 15-36.
- Gauthier, M. (2000), *L'âge des jeunes: 'un fait social instable'*, Lien Social et Politiques (43), 23-32.
- Kingdon, John (ed. 2003), *Agendas, Alternatives, and Public Policies*, 3ª. Ed. New York: Harper Collins.
- Lévy, Pierre (2002), *Cyberdémocratie (Essai de philosophie politique)*, Paris: Odile Jacob.
- Lisi, Marco (2011), *Os partidos políticos em Portugal*, Lisboa, Almedina.
- Livingstone, Sonia (2008), “Taking risky opportunities in youthful content creation: teenagers' use of social networking sites for intimacy, privacy and self-expression”, *New media & society*, 10 (3), pp. 393-411.
- Maltez, José Adelino (1996), *Princípios de Ciência Política – Introdução à teoria política*, Lisboa, 2ª Edição, ISCSP.
- Martins, Manuel Meirinho (2004), *Participação Política e Democracia - O caso português (1975-2000)*, Lisboa, ISCSP.
- Mayorga, Cláudia (2013), “Pesquisar a juventude e sua relação com a política – Notas Metodológicas”, *Estudos de Psicologia*, 18 (2), abril-junho/2013, pp. 343-350.
- McCombs, Maxwell E., Donald L. Shaw (1972), “The Agenda-Setting Function of Mass Media”, *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 36, 2, pp. 176-187
- Meister, Albert (1972), *Vers une Sociologie des Associations*, Paris, Les Editions Ouvrières.
- Moreira, Carlos (1994), *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, ISCSP.
- Morin, Edgar (1987), *Meus Demônios*, RJ: Bertrand Brasil.
- Pais, José Machado (1990), “A construção sociológica da juventude - alguns contributos”, *Análise Social*, vol. XXV, 105-106, pgs. 139-165.
- Pais, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Pais, José Machado (1998), “Geração e Valores Na Sociedade Portuguesa Contemporânea”, *Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, pp. 18- 58.
- Pereira, André (2013), “Movimentos sociais: contextualizações e materializações”, *CIES e-Working Paper*, 163/2013.
- Patri, Eduardo Carlos Ricardo da (2011), “Relações Governamentais, Lobby e Advocay no contexto de Public Affairs”, *Organicom*, Ano 8, 14, 1º Semestre 2011, pp. 130 -144.
- Perlmutter, David, Gretchen L. Wagner (2004), “The anatomy of a photojournalistic icon: marginalization of dissent in the selection and framing of ‘a death in Genoa’”, *visual communication*, Vol 3(1): 91–108

Petrella, Riccardo (2002), *O Bem comum – O elogio da Solidariedade*, Porto: Campo das Letras.

Pinho, Paulo (2007), “O Associativismo: Conceitos, Princípios e Tipologias”.

Disponível em: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/1658411-associativismo-conceitos-princ%C3%ADpios-tipologias>

Quintão, Carlota, (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual.”

Disponível em: <http://www.lettras.up.pt/isociologia/uploads/files/working5.pdf>

Quivy, Raymond, Luc Van Campenhoudt (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rego, Raquel (2007), *Dirigentes associativos: Envolvimento e Profissionalização*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, ISCTE e UTL.

Rosendo, Vasco (1996), *O Mutualismo em Portugal*, Lisboa: Montepio Geral

Samuel, J. (2002), “What is people-centred advocacy?”, *PLA Notes*, 43, pp.9-12.

Silva, Pedro e Pedro Ferreira (2005), *O Associativismo Juvenil e a Cidadania Política*, Lisboa, IPJ

Sousa, M. J., C. S. Baptista (2011), *Como Fazer Investigação, Dissertações, Tese e Relatórios*, Lisboa, Pactor.

Tocqueville, Alexis (ed. 2010), *Da Democracia na América*, Lisboa, Relógio D’Água

Viegas, José Manuel Leite (1986), “O Associativismo e Dinâmica Cultural”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, pp. 103-120.

Viegas, José Manuel Leite, Sérgio Faria e Susana Santos (2010), *A Qualidade da Democracia em Debate: Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

Warren, Mark (2001), *Democracy and Associations*, Princeton, Princeton University Press.

Weber, Max (1983), *Fundamentos da Sociologia*, Paris, Porto-Portugal, Rés.

### **Documentos Normativos e legislativos:**

Programa do XIX Governo Constitucional”, pág.102-103

### **Sites:**

[http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+grupo+etario+\(percentagem\)](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+grupo+etario+(percentagem))

<https://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/14900/0406804071.pdf>

<https://www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/youth/Jovens-3.pdf>

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:21049364~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:4607,00.html>

[http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc\\_lvps08&](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc_lvps08&)

[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/Unemployment\\_statistics](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Unemployment_statistics)

<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/news-room/content/20140714IPR52340/html/Parlamento-Europeu-prop%C3%B5e-mais-medidas-para-combater-o-desemprego-jovem>

<https://juventude.gov.pt/Associativismo/RNAJ/ConheceRNAJ/Paginas/Conhece%20o%20RNAJ.aspx>

<https://dre.pt/comum/html/legis/crp.html>

<http://expresso.sapo.pt/manifestacao-geracao-a-rasca-chega-ao-rossio-com-mais-de-200-mil-pessoas-fotos-e-video=f637298>

<http://www.movimento12m.org/>

[http://www.movimento12m.org/sites/default/files/docs/aprofundamento\\_democracia.pdf](http://www.movimento12m.org/sites/default/files/docs/aprofundamento_democracia.pdf)

<http://p3.publico.pt/actualidade/sociedade/11207/onde-para-geracao-rasca>

[http://www.unic.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3494&Itemid=161](http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=3494&Itemid=161)

[http://www.marktest.com/wap/private/images/logos/Folheto\\_redes\\_sociais\\_2013v1.pdf](http://www.marktest.com/wap/private/images/logos/Folheto_redes_sociais_2013v1.pdf)

[http://sol.sapo.pt/Common/print.aspx?content\\_id=98434](http://sol.sapo.pt/Common/print.aspx?content_id=98434)

[http://intranet.youthforum.org/sites/default/files/Handbook\\_Advocacy.pdf](http://intranet.youthforum.org/sites/default/files/Handbook_Advocacy.pdf)

<http://www.ipdj.pt/missao.html>

<http://microsites.juventude.gov.pt/Portal/LBJ>

<http://www.publico.pt/economia/noticia/portugal-e-o-terceiro-pais-da-ocde-com-mais-desemprego-entre-os-jovens-1635884>

<http://www.garantiajovem.pt/comeca-ja>

[http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content\\_id=3789686](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=3789686)

[https://juventude.gov.pt/Associativismo/ConstitReconhecAssociacoes/ReconhecerAssociacao/Paginas/Reconhecimento\\_de\\_Associacoes.aspx](https://juventude.gov.pt/Associativismo/ConstitReconhecAssociacoes/ReconhecerAssociacao/Paginas/Reconhecimento_de_Associacoes.aspx)

<https://juventude.gov.pt/Associativismo/ConstitReconhecAssociacoes/ReconhecerAssociacao/Documents/Lei%2023%202006.pdf>

<http://www.cnj.pt/site/index.php/template/lorem-ipsum/template-articles.html>

<http://blog.academiacidada.org/manifesto/>